

LUIS DE MORAIS PEDRO ANACLETO

**PROBLEMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES DESORDENADAS:
Análise da morfologia urbana da cidade do Sumbe**

Orientador: Professor Doutor João Borges da Cunha

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo**

Lisboa

2020

LUIS DE MORAIS PEDRO ANACLETO

**PROBLEMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES DESORDENADAS:
Análise da morfologia urbana da cidade do Sumbe**

Dissertação defendida em provas pública para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura no Curso de Mestrado Integrado em Arquitetura, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 03/09/2020, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 206/2020, de 31 de julho, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Pedro Filipe Coutinho Cabral D'Oliveira Quaresma

Vogal: Professora Doutora Maria Luísa Alves de Paiva Meneses de Sequeira

Arguente: Professor Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Orientador: Professor Doutor João Flípe Ribeiro Borges da Cunha

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo**

Lisboa

2020

DEDICATÓRIA

A Domingas Pedro...

AGRADECIMENTOS

A Domingas Pedro e Rufino Anacleto, pelo apoio, confiança e permanente incentivo.

Aos demais familiares, pelo apoio, confiança e incentivo.

Ao Sr. João Batista Muaquesse e a Sra. Maria Lina, pelo acolhimento e incentivo.

Aos colegas e amigos, pela amizade, pelo impulso, pelas vivências, e pela confiança.

Ao prezado professor, João Borges Da Cunha, pela orientação, pela atenção e conselhos.

Aos demais professores, pelos conselhos, atenção e ensino.

A Deus, pela vida, família, amigos e oportunidades.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

O crescimento e desenvolvimento das cidades angolanas tem sido o calcanhar de Aquiles para os governantes e a sociedade em geral. O crescimento desordenado acarreta um conjunto de problemas que não afeta somente a imagem da cidade, mas que se reflete sobretudo na qualidade de vida dos cidadãos, originando uma complexa e insustentável problemática.

A problemática afigura-se pela completa descaracterização das cidades e povoações herdadas do tempo colonial, pelo crescimento exponencial dos bairros e ocupações de caráter informal e autoconstruídos, vulgarmente chamados por *Musseques*.

A análise dos fatores que condicionaram (e condicionam) as *construções desordenadas* tem como base os fundamentos políticos, económicos, sociais e culturais, e para a respetiva compreensão é necessário a convergência de abordagens pluridisciplinar.

A partir da análise da cidade do Sumbe onde coexistem de forma adstrita a cidade geométrica tradicional e o emaranhado orgânico de *Musseques*, que cresceram (e crescem) à volta da cidade velha (núcleo colonial), pretende-se refletir recorrendo a ferramentas da arquitetura e de princípios da morfologia urbana, sobre a génese dos problemas decorrentes das *construções desordenadas*, cujo o resultados são assentamentos labirínticos. De igual modo, pretende-se perceber de que forma a ocupação do território sem planeamento, numa escala micro e *meso* urbana, tem impacto na imagem da cidade e consequentemente na qualidade de vida dos cidadãos.

Por outro lado, a investigação chama atenção à análise do papel do cidadão dentro da sociedade, do arquiteto como coordenador do espaço e da arquitetura como criadora dos vários espaços da vida social e urbana, defendendo a noção do lar como uma das mais básicas necessidades de qualquer indivíduo.

Palavras-Chave: Ocupação do Território; Forma urbana; *Musseques*; Labirintos

ABSTRACT

The rise and development of the Angolan cities have been the Achilles' heel for all those in power and the civil society in general. The disorderly growth places a set of problems which affects not only the image of the city, but reflects itself mainly the citizen's standing of life, leading to an unbearable and troublesome problematic.

These problematics comes out by the complete mischaracterization cities, towns and villages, which are a legacy of the colonial times, through the exponential overgrowth of neighborhoods and informal territorial occupations, self-built, usually called *Musseques*.

The analysis of the factors which have determined (and still do) the disordered buildings, has in its core policies, on an economic, social and cultural basis. For their understanding its understanding there's a need to gather of pluridisciplinaries approaches.

Through the analysis of de city of Sumbe, where do coexist in a side by side manner the traditionally geometrical conceived city and an organically mix of *Musseques* that have risen (and still do rise) around the old city (the colonial kernel), there comes an intention to think about it, holding hand of architectural tools as well as urban morphology principles, in order to explain the genesis of the current problems coming from the disorderly buildings, the result of which are labyrinthic settlements. By the same token there is an intention to understand in which way the territory occupation with no kind of planning, under a *meso* and micro scale, has its impact in the image of the city, and therefore in the standard of living of the population.

This research is also a calling to reflect bout the individual's role as a social being, of the architect as a space supervisor and of the architecture itself as maker of multiple rooms for the collective and urban life, taking the concept of home as the most elementary of the human being's needs.

Key words: Territory Occupation; Urban form; *Musseques*; Labyrinths

ABREVIATURAS

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

AHN- Arquivo Histórico Nacional de Angola

AN100- Estrada Nacional 100

CRA- Constituição da República de Angolana

ETA- Estação de Tratamento de Água Potável

ETAR- Estação de Tratamento de Água Residuais

GUC- Gabinete de Urbanização Colonial

GUU- Gabinete de Urbanização do Ultramar

JAEA- Junta Autónoma de Estradas de Angola

LOTU- Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo

MD- Memória Descritiva

ONU- Organização das Nações Unidas

PD- Plano Diretor

PDU- Plano Diretor de Urbanismo

PP- Plano de Pormenor

RGPTUR- Regulamento Geral dos Planos Territoriais Urbanísticos e Rurais

UN-HABITAT- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

ÍNDICE

Dedicatória	9
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract.....	
Abreviaturas	
Lista de Figuras	9
Lista de Tabelas	12
Introdução.....	13
I. Enquadramento do tema	13
II. Objetivos.....	15
III. Metodologia.....	16
IV. Estado da arte.....	17
1 Génese Planeamento e Crescimento das Cidades	25
1.1 Processo de formação das cidades.....	25
1.2 Agentes de Transformação	30
2 Evolução Urbana Cidade do Sumbe	34
2.1 Processos de ocupação do território	34
2.2 Caracterização geral	49
2.3 Análise espacial	56
3 Considerações Finais	72
3.1 Condicionantes	72
3.2 Estratégia de Intervenção	74
CONCLUSÃO.....	76
BIBLIOGRAFIA.....	78
APÊNDICE	80

Lista de Figuras

Figura 1 Modelo de um <i>Musseques</i> formados pelas casa-quintal. Fonte:(Fonte, 2012, p.109)	22
Figura 2 Fronteira Entre Eles e NÓS ‘Muquixi’. Luanda. Fonte: (Wilson da silva).....	23
Figura 3 Montagens a partir de imagens de satélite, dois modelos de <i>Musseques</i> . I- <i>Musseque</i> ordenado, II- <i>Musseque</i> labiríntico. Sumbe. Fonte: (google earth).....	24
Figura 4 Esquema com a indicação, dos processos de criação e desenvolvimento das cidades. Fonte: (Autor).....	27
Figura 5 Planta da cidade do Novo Redondo, anos 40. Fonte: (Fonte).....	29
Figura 6 Representação da ocupação do território entre os seculos XVII a XVII e XIX a XXI. Fonte: (Autor).....	34
Figura 7 Foto Aérea da vila, 1960. Fonte: http://motorsportinangola.blogspot.com	35
Figura 8 Vista parcial a partir da sanzala do Inconcon, 1960. Fonte: (http://motorsportinangola.blogspot.com).....	36
Figura 9 Terraplanagem para construção da Igreja e a casa do Governador ,1960. Fonte:(http://motorsportinangola.blogspot.com).....	37
Figura 10 Plano de Urbanização de Novo Redondo Gabinete de Urbanização Colonial, Arquiteto João António Aguiar e Fernando Batalha, Planta de Apresentação. Fonte: (Fonte, 2012)	38
Figura 11 Vista aérea da cidade de Novo Redondo, 1959. Fonte: http://motorsportinangola.blogspot.com	39
Figura 12 Montagem com a representação de variadas Avenidas de Novo Redondo (Sumbe) em dia de corridas, 1969. Fonte: (http://motorsportinangola.blogspot.com)	40
Figura 13 Representação da ocupação do território entre 1975-2002. Fonte: (Autor).....	41
Figura 14 Representação da ocupação do território entre 2012-2019. Fonte: (Autor).....	43
Figura 15 Construções precárias em área de risco, bairro Inconcon, 2019. Fonte: (Autor)...	44
Figura 16 Representação da ocupação do território entre 2012-2019. Fonte: Autor.....	45
Figura 17 Centralidade da <i>Quibaúla</i> . 2017. (Fonte: www.angop.ao/angola/pt)	47
Figura 18 Bairro presente na cidade colonial. 2018. Fonte: (Voz da América)	48
Figura 19 Localização da província em Angola e do município na província. Fonte: (Autor)	49

Figura 20 Atividades praticadas no curso do rio Cambongo: lavagem de roupa, pesca, recreio e lazer. Fonte: (Autor), (https://500px.com : Marta Costa, Rui Gomes da Silva).....	50
Figura 21 Demonstração da densidade populacional e ocupação do território. Fonte: (Autor)	51
Figura 22 Atividades informais, venda e serviço de moto táxi. Fonte: (Autor)	52
Figura 23 Iº Corrida de carro, Novo Redondo – 1969 Fonte: (http://motorsportinangola.blogspot.com .) IIº Apresentação de um grupo carnavalesco. Fonte: (https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2019).....	53
Figura 24 Representação dos Sobas e Coordenadores de uma comuna. Fonte: (Clubk.net)..	55
Figura 25 Representação dos elementos que compõem o quadro da cidade: bairros, limites e vias. Fonte: (Autor)	56
Figura 26 Separação dos bairros existentes nas cordilheiras e o núcleo colonial. Fonte: Iº (https://www.quadrante-engenharia.pt/es/medios-y-noticias/2018/) IIº (Autor).....	57
Figura 27 Representação dos elementos que compõem o quadro da cidade: bairros, pontos de interesse, ruas. Fonte: (Autor)	58
Figura 28 Ortofotografia das áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor)..	59
Figura 29 Novos edifícios construídos junto a AN100, 2018. Fonte: (Matheus Hobold Sovernigo)	59
Figura 30 Representação dos quarteirões nas áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor).....	60
Figura 31 Bairros labirínticos nas cordilheiras da cidade e nas zonas planas. Fonte: (Autor)	60
Figura 32 Distribuição das construções em uma área labiríntica em via de densificação. 2019 Fonte: (Autor).....	61
Figura 33 Representação das vias nas áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor)	62
Figura 34 Rua habitacional (Rua dos cães) no núcleo colonial, 2015. Fonte: (https://500px.com - Gonzalo Valiente-García).....	62
Figura 35 Passagem em um <i>Musseque</i> labiríntico, 2019. Fonte: Autor	63
Figura 36 Representação dos cheios e vazios nas áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor).....	64
Figura 37 Construções nas cordilheiras implantadas de forma isolada, 2019. Fonte (Autor)	64
Figura 38 Edifício habitacional presente em uma rua loteada, 2019. Fonte: (Autor)	65
Figura 39 Vários edifícios existentes no casco urbano colonial. Fonte: II e III(Autor), V a IX (https://500px.com - Gonzalo Valiente-García).....	66

Figura 40 Edifícios degradados e ruas esburacadas e poeirentas. Fonte: I (Autor), II (Voz da América)	67
Figura 41 Montagem, que ilustra a evolução construtivas dos edifícios nos <i>Musseques</i> labirínticos presentes no topo das cordilheiras a volta da cidade. Fonte: (Autor).....	68
Figura 42 Edifícios presente <i>Musseques</i> labirínticos localizados fora das cordilheiras a volta da cidade. Fonte: (Autor).....	69
Figura 43 Tipos de arborização existentes nos <i>Musseques</i> labirínticos cordilheiras a volta da cidade. Fonte: (Autor)	69
Figura 44 <i>Musseques</i> organizados ou loteados. Fonte: (Autor)	70
Figura 45 Montagem, que ilustra os acessos e o tratamento dos solos presente nos <i>Musseques</i> labirínticos. Fonte: (Autor)	71
Figura 46 Diagrama, representativo dos problemas central das construções desordenadas. Fonte: (Autor).....	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 | Divisão Administrativa do Município do Sumbe. Fonte: (Autor)49

Tabela 2 | Condicionantes que ditam a problemática das construções desordenadas. Fonte:
(Autor) 72

INTRODUÇÃO

I. Enquadramento do tema

Um dos maiores desafios do povo angolano após a conquista da independência, em 11 de novembro de 1975 foi o de dar continuidade a um crescimento geral do território que se assistiu desde a década de 40 (1940). A partir daquela data os angolanos passam a assumir todas as responsabilidades a nível das transformações políticas, económicas, sociais e culturais. O que a partida não foi uma tarefa de fácil execução, se levarmos em consideração que os pensadores que idealizaram o território nacional, pertenceram na sua maioria ao povo colonizador.

As cidades e vilas angolanas, actualmente espelham de maneira clara todas as dificuldades tidas por parte do poder político e da sociedade civil no processo de gestão do território. Refletem os diversos acontecimentos que moldaram (e moldam) o território nacional, partindo dos conflitos armados após a independência e todos ‘os males a ele associado’¹, passando pelo fracasso das políticas publicas a nível da gestão urbana e do ordenamento do território, e finalmente, demonstra a realidade social marcada por um baixo poder económico da maior parte dos cidadãos e a falta de recursos humanos necessários para a transformação e gestão dos municípios. É neste contexto que se encontra a ‘Comuna’² do Sumbe, cidade sede do município com o mesmo nome. De matriz pombalina, envolta de numerosos e vastos *Musseques* de carácter informal e autoconstruídos, que marcam a imagem da cidade.

A principal premissa dessa dissertação, assenta na compreensão das dinâmicas atuais da cidade, partindo do ponto que a cidade já não responde aos objetivos para qual originalmente foi projetada, refletindo atualmente duas realidades simbióticas, que (sobre)vivem através dos processos de ocupação espontâneos que decorrem ao longo do tempo.

A escolha do tema em causa, foi motivado por duas razões distintas. A primeira, de carácter científico, pelo interesse em compreender as melhores soluções, para resolução dos problemas causados pelas construções e ocupações de carácter informal, bem como pela incompreensão demonstrada pelas instituições aquém, para resolução desta problemática. A

¹500 mil civis mortos; deslocamento interno de 4,28 milhões de pessoas; nove mil crianças-soldados; destruição das vias de comunicação e infraestrutura. Etc.

² Representa o terceiro-nível de unidades administrativas em Angola depois dos municípios.

segunda por razões afetivas e de familiaridade, pelo facto de ter crescido e vivido parte desta realidade, e também pela ânsia em encontrar melhores soluções para quem vive diretamente com estes problemas.

Reconhecemos que o presente trabalho, trata-se de uma visão de um jovem estudante sobre uma problemática que abrange outras áreas do saber, mas que pode, no entanto, ser considerado como o primeiro passo de um longo caminho a ser percorrido.

II. Objetivos

O principal objetivo passou pela análise interpretativa de diferentes unidades espaciais (estrutura social e forma física), presentes nos bairros e ocupações de carácter informal da cidade do Sumbe, de modos a compreendermos o conjunto de transformações que originaram (e originam) a problemática em causa.

Para a realização da análise a cima descrita, recorreremos a ‘leitura da evolução urbana’³, e a análises das ‘dimensões espaciais na morfologia da cidade’⁴ apresentados por José M. Ressano Garcia Lamas, no livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*.

No decurso da análise desta problemática, a investigação debruça-se sobre a cidade do Sumbe, um caso de estudo para uma problemática global das cidades angolanas. Apresentamos um método passível de ser replicado para análise, compreensão e resolução de problemas em outras cidades. Passado quatro décadas da conquista independência, pretende-se de forma clara analisar o impacto das construções espontâneas na imagem da cidade e consequentemente na vida dos cidadãos, levando em consideração as várias transformações ao longo do tempo.

Importa realçar as limitações documentais difíceis de ultrapassar no tempo, e os meios disponíveis, como as maiores barreiras para a realização da presente dissertação

³ Entendido como o estudo da estrutura física e espacial da forma urbana, dos processos de formação e transformação. (Moudon, 1997, p.1).

⁴ J. Lamas considera existir três dimensões espaciais na morfologia urbana: a dimensão sectorial – a escala da rua; a dimensão urbana – a escala do bairro e a dimensão territorial – a escala da cidade. (Lamas, 1993, p. 73). A classificação das dimensões espaciais na morfologia urbana apoia-se, como afirma Lamas (Lamas, 1993, p. 75) (Lamas, 1993, p. 73), nas classificações de J. Tricart e de A. Rossi, os quais consideram haver três escalas: uma a nível da rua; outra a nível de bairro e uma última a nível da cidade.

III. Metodologia

A base central desta investigação enquadra-se no campo da arquitetura, urbanismo e de princípios da morfologia urbana. Tendo em consideração a característica pluridisciplinar do tema, que para uma melhor compreensão combina os campos da sociologia, história, geografia, antropologia entre outras ciências, a nossa abordagem cinge-se a um olhar do arquiteto sobre a problemática, mas ainda assim, socorremo-nos de ferramentas de outras áreas do saber para melhor entendimento do problema em causa.

A abordagem no geral, segue as orientações do método dedutivo, partindo de um processo exploratório que permitiu a análise bibliográfica de obras, textos e escritos vários, consultas nos Arquivos Histórico Ultramarino (AHU) de Portugal e de Angola, nas administrações locais e comunais de forma a compreendermos a origem e evolução das cidades hoje existentes. Bem como a análise interpretativa de diferentes unidades espaciais (estrutura social e forma física) presente na comuna do Sumbe.

Propusemo-nos a analisar a morfologia urbana da cidade do Sumbe, a partir do estudo e compreensão do espaço urbano, optando por trabalhar com as três dimensões, a que José Lamas designa na obra *Morfologia Urbana e Desenho do Território* (1993) por “dimensão territorial”⁵, “dimensão urbana”⁶ e “dimensão sectorial”⁷. A primeira à escala da cidade e a segunda à escala do bairro e a terceira a escala da rua.

O processo de análise foi guiado por uma abordagem em afastamento e aproximação sucessivas, partindo do geral para o particular e vice-versa. Analisando-se a escala da cidade, do bairro e a escala da rua. O que nos permitiu perceber o processo de ocupação e crescimento da cidade, a organização dos quarteirões, a composição das fachadas, o tratamento do solo e sua superfície, os edifícios e a relação que estabelecem com o espaço por eles definidos.

⁵ *Dimensão territorial* - “Nesta dimensão a forma estrutura-se através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o *macrossistema* de arruamentos e os bairros, as zonas habitacionais, centrais e produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico.” (Lamas, 1993, p. 74)

⁶ *Dimensão urbana* - “É a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade.” (*Ibidem*)

⁷ *Dimensão sectorial* - “Será a mais pequena unidade, ou porção de espaço urbano, com forma própria (uma rua, uma praça).” (Lamas, 1993, p. 74)

IV. Estado da arte

Considerações geral

Mais do que um agrupamento populacional elevado a essa condição por qualquer entidade político-administrativa, a cidade é no nosso entender o resultado acumulado das particularidades do lugar, e de repetidas decisões de diferentes atores, que ao longo do tempo influenciam-se sucessivamente com objetivos e recurso diferentes.

A sua configuração, não depende somente dos acontecimentos históricos, e da conjuntura política, social e económicas do lugar, mas também “de teorias e posições culturais e estéticas” (Lamas, 1993, p. 31) de quem as idealizou e constrói. Por essa razão a cidade pode ser entendida por um organismo vivo, um elemento em constante transformação.

Pelas razões a cima descritas a leitura da cidade é complexa. E segundo J. Lamas “um primeiro grau de leitura da cidade é eminentemente físico-espacial e morfológico” (Lamas, 1993, p. 31) visto que, só a partir desse degrau podemos distinguir as particularidades de cada espaço. Em seguida agregam-se outros níveis que adicionam diferentes temáticas, entre tanto, “esse conjunto de leituras só existe porque a cidade existe como facto físico e material [...] e que todos os instrumentos de leitura lêem o mesmo objecto – o espaço físico, a forma urbana.” (Lamas, 1993, p. 31)

“Em primeiro lugar, devo ter presente que o desenho urbano exige um domínio profundo de duas áreas de conhecimento: o processo de formação da cidade, que é histórico e cultural e que se interliga às formas utilizadas no passado mais ou menos longínquo, e que hoje estão disponível como matéria do trabalho do arquiteto urbanista; e a reflexão sobre a Forma Urbana enquanto objectivo do urbanismo, ou melhor, enquanto corpo ou materialização da cidade capaz de determinar a vida humana em comunidade. Sem o profundo conhecimento da morfologia urbana, arriscam-se os arquitetos a desenhar a cidade segundo praticas superficiais, usando <feitos> sem conteúdo disciplinar.” (Lamas, 1993, p. 22).

Morfologia Urbana

A morfologia urbana é segundo Moudon, “o estudo do meio físico da forma urbana, dos seus processos e das pessoas que o formataram” (Moudon, 1997, p.1). A expressão morfologia designa “o estudo da estrutura e da configuração exterior de um objecto. É a ciência que estuda as formas interligando-as como os fenómenos que lhes deram origem.” (Lamas, 1993, p. 37). Desta forma José Lamas define que “A morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura.” (Lamas, 1993, p. 37)

Os morfologistas centram-se nos resultados tangíveis das forças sociais e económicas: estudam a concretização de ideias e intenções à medida que estas tomam forma sobre o solo, moldando as nossas cidades. Edifícios, jardins, ruas, parques e monumentos, estão entre os principais elementos da análise morfológica. No entanto, estes elementos são considerados organismos que vão sendo constantemente utilizados e transformados ao longo do tempo. [...] O estado dinâmico da cidade, e a relação próxima dos seus elementos, levou a que muitos morfologistas preferissem o termo ‘morfogênese urbana’ para descrever o seu campo de estudo. (Moudon, 1997, p.1)

Por essa ordem de ideia José de Lamas defende que “o estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, do conjunto de fenómenos sociais, económicos e outros, motores da urbanização. Estes convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objecto de estudo.” (Lamas, 1993, p. 38)

Existe praticamente um consenso sobre o significado e a área de atuação da morfologia urbana, mas, entretanto, é visível a existência de divergências sobre como as formas urbanas devem ser estudadas. O fator que mais contribui para essas divergências acaba por ser a diversidade cultural e de pensamento dos principais teóricos do campo da morfologia urbana.

A complexa convergência de investigadores de diferentes disciplinas, só foi possível por partilharem de bases comuns, a ideia de que a cidade pode ser lida e analisada através da sua forma física. Bem como o reconhecimento de que a análise morfológica é baseada em três princípios fundamentais:

- “A forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: edifícios e os espaços abertos relacionados com estes, parcelas ou lotes, e ruas.
- A forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis de resolução. Normalmente, reconhecem-se quatro níveis, que correspondem ao edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região
- A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição.” (Moudon, 1997, p.5)

A forma, a resolução e o tempo constituem os três pilares fundamentais da investigação em morfologia urbana. “Estes componentes estão presentes em todos os estudos, quer sejam desenvolvidos por geógrafos ou por arquitetos, quer se centrem na cidade medieval, barroca ou contemporânea.” (Moudon, 1997, p.5)

Forma urbana

A forma de um objecto refere-se à sua configuração ou aparência exterior, a noção de forma urbana, “corresponderia ao meio urbano como arquitetura, ou seja, um conjunto de objectos arquitectónicos ligados entre si por relações espaciais. A arquitetura será assim a chave de interpretação correta e global da cidade como estrutura espacial.” (Lamas, 1993, p. 41) Esta ideia alinha com o pensamento de Aldo Rossi, quando afirma que a “forma [da cidade] resume-se na arquitectura da cidade.” (Rossi, 1996, p.43) No entanto, Aldo Rossi reconhece que “a arquitectura não representa senão um aspecto de uma realidade mais complexa.” (Rossi, 1996, p.43)

O entendimento da forma é expansível a todo espaço contruído e organizado pelo homem, ao falarmos sobre as formas urbanas nos referimos ao meio urbano em duas perspectivas: como instrumento de estudo e como instrumento final da produção arquitectónica. “o objecto final da concepção é a forma.” (Lamas, 1993, p. 41)

Dentro desta temática pluridisciplinar, “O urbanismo assumirá na concepção da forma do meio urbano todos os contributos das diferentes disciplinas e ciências que lhes estão ligadas.” (Lamas, 1993, p. 41) Sendo assim a forma urbana pode ser compreendida como o resultado dos problemas colocados ao campo urbanístico e arquitectónico.

A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão como <desenho>, quer dizer com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, afim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a arquitetura da cidade. (Lamas, 1993, p. 44).

Ao analisarmos a forma urbana é primordial falarmos da sua ‘dimensão’⁸ e da sua escala. Pois, “A noção de formas aplica-se a conjuntos urbanos de diversas grandezas e complexidades. [...] Não existe um limite específico, mas a dimensão e a escala estão sempre implícitas nas formas urbanas.” (Lamas, 1993, p. 73)

⁸ J. Lamas considera existir três dimensões espaciais na morfologia urbana: a dimensão sectorial – a escala da rua; a dimensão urbana – a escala do bairro e a dimensão territorial – a escala da cidade. (Lamas, 1993, p. 73,74)

Pelo facto de não existir um limite na análise da forma urbana, “fala-se de forma física para uma praça, uma rua, um bairro, uma cidade e até para uma área metropolitana.” (Lamas, 1993, p. 73) a leitura da cidade e do território deverá ser feita ao mesmo tempo a diversas dimensões e escalas, isto é, em diversos níveis, “diferenciados pelas unidades de leitura e de concepção.” (Lamas, 1993, p. 73)

Ocupações de carácter informal

O crescimento generalizado das ocupações informais (maioritariamente em países em via de desenvolvimento) Tornou-se uma questão política central nas últimas duas décadas. Desde as décadas de 1960 e 1970 agências internacionais como o Banco Mundial e a ONU-Habitat, concentraram esforços para melhoria do desenvolvimento urbano, habitação e serviços básicos. Propondo para solução do enorme crescimento informal das cidades, várias políticas públicas para construção de moradias adequadas. Como é obvio essas políticas não acompanharam a demanda, nem foram geridas de forma a beneficiar realmente os mais necessitados. Acabando por serem declinados por opção política. Com o declínio das habitações públicas e o acentuar das imigrações rural, as ocupações informais aumentaram.

Ao longo dos anos, um número impressionante, e vários tipos dessas ocupações surgiram em grande parte na América Latina, África e Ásia. As maiores características dessas áreas são a quase inexistência de níveis de serviços, como instalações comunitárias, água potável e remoção de resíduos.

Estimativas recentes fornecidas pela UN-HABITAT mostram que, a proporção da população urbana que vive nas ocupações de carácter informal a nível do mundo em desenvolvimento diminuiu de ‘46.2 por cento em 1990, 39.4% em 2000, 32.6% em 2010 e 29,7% em 2014⁹’. Ainda há um longo caminho a ser percorrido em muitos países, para reduzir a grande lacuna entre moradores de abrigos precários e o resto da população urbana que vive em abrigos adequados com acesso a serviços básicos

Sem ação séria e concertada por parte das autoridades municipais, governos nacionais, atores da sociedade civil e da comunidade internacional, é provável que o número de moradores das áreas de carácter informal aumente.

⁹ <https://www.bbc.com/news/science-environment-37722514>

Musseques

Os *Musseques* são ocupações de carácter informal localizados nas periferias das cidades Angolanas. Correspondem ao reflexo físico da segregação social no espaço urbano.

Etimologicamente a palavra tem a sua origem na língua nacional ‘Kimbundu’¹⁰, que em português significa areia ou terra vermelha - mu (lugar) e seke (areia) -, referência a condição geológica que em Luanda designava as terras vermelhas do planalto. A chegada portuguesa, enriqueceu a palavra com o actual conteúdo sociológico que remete para os bairros autoconstruídos nas periferias da cidade.

A génese dos *Musseques* está associada a ocupação espontânea urbana criada pela população negra para a população negra. características “das zonas onde se localizavam os aglomerados que dependiam única e exclusivamente da população que os habitava. Traduzindo às referências rurais de que são originários.” (Fonte, 201, p.420)

“Quase podemos afirmar que os musseques, como bairros de miséria e transição, nasceram logo após a criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, depois como aglomerados de cubatas” (Amaral, 1968, p. 298)

Após a abolição do tráfico de escravos, muitas pessoas imigram para os centros urbanos, a segregação racial e social na época, levou as pessoas a cercarem as áreas urbanas, “Surgem espontâneos e arrumam-se no espaço que sobra, em alternativa a cidade consolidada, por labirintos construídos de casa de pau-a-pique, numa ocupação suburbana.” (Amaral, 1968, p. 298)

Outrora chamado por ‘cidade negra’¹¹, os *Musseques* eram, “o receptáculo de toda a população que não tem lugar na cidade planificada ou na cidade branca. [de brancos, mestiços e negros civilizados]” (Fonte, 2012, p.420)

A configuração da forma dos *Musseques* tinha como referência as sanzalas, de onde os seus habitantes eram oriundos, “- na forma como as habitações se dispõe no território em grupo, e formando uma unidade, ou isoladamente, com o espaço do pátio afecto a habitação, - num processo de transformação da população rural em urbana.” (Fonte, 2012, p.108)

¹⁰ Kimbundu pertence à família das línguas africanas designadas por Bantu

¹¹ Zonas de habitação dos não civilizados ou dos civilizados com fraca condição financeira. (Amaral, 1968, p. 298)

Como reflexo da convivência entre as comunidades dos *Musseques* com a população europeia, os modelos de habitação tradicionais dos *Musseques* evoluíram para novas tipologias, dentre elas a ‘casa-quintal.’¹²

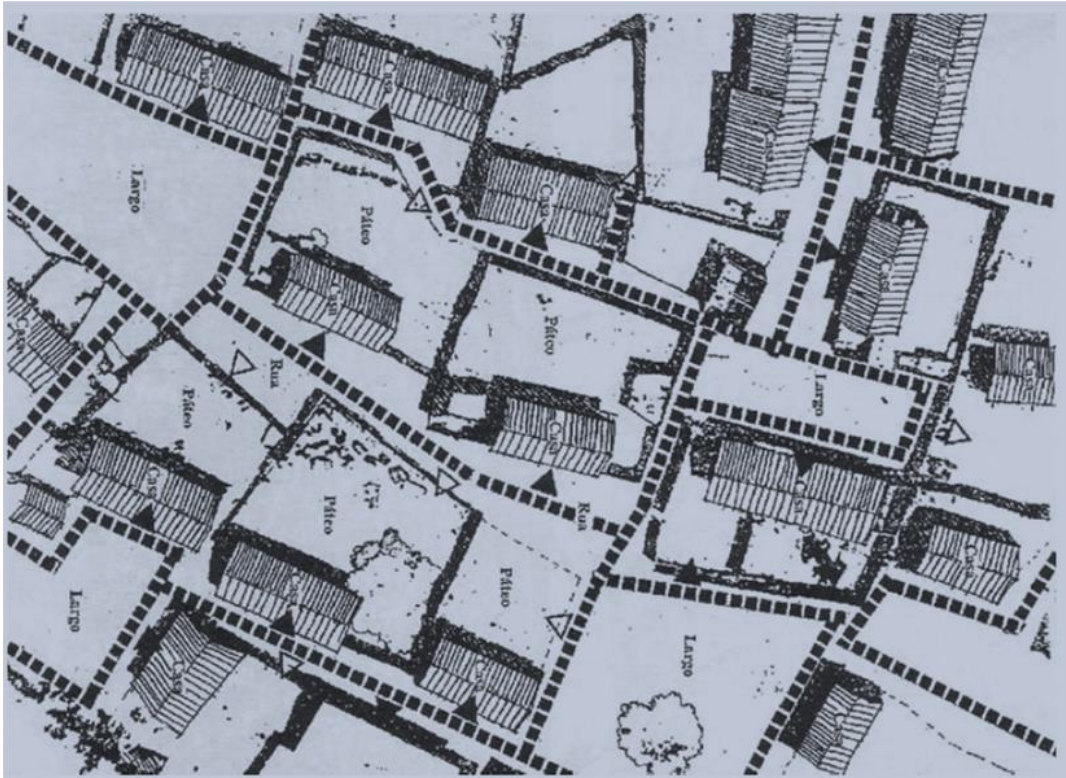


Figura 1 | Modelo de um *Musseques* formados pelas casa-quintal. Fonte:(Fonte, 2012, p.109)

A casa está ligada ao quintal, com anexos e dependências de cozinha, retrete e banho. No quintal tudo acontece: Os animais, as mandioqueiras para sombra, a recepção de familiares; por vezes acumula ainda funções de oficina. A dualidade casa-quintal, especialmente no *Musseque* de Luanda, reforça os isolamentos das famílias, com o desinvestimento do convívio social na área pública. (Redinha, 1964, p. 32)

Como reflexo da destribalização dos *Musseques*, os mesmos passaram a fazer parte do espaço da cidade, “o que criou nos seus utentes um apego a casa que nunca lhes tinha sido experimentado na sua história anterior.” (Fonte, 2012, p.108) Por essa razão surge segundo M. Fonte o Calcinhas, “habitante do *Musseque*, urbano Luandense em contacto cotidiano com a cidade branca- entre o ‘bataque’¹³, a ‘rebita’¹⁴ e o futebol, que embora viva num contexto rural suburbano, está ligado aos hábitos urbanos e também europeus.” (Fonte, 2012, p.109).

¹²Denominação au modelo de tipologia habitacional mais utilizado em Angola

¹³ Instrumento de percussão cilíndrico de madeira, coberto de pele numa das extremidades, semelhante ao tambor. (Portuguesa, 2019)

¹⁴Rebita é um género de música e dança tradicional, de origem em angolana. (Portuguesa, 2019)



Figura 2| Fronteira entre Eles e NÓS ‘Muquíxi’¹⁵. Luanda. Fonte: (<https://500px.com-Wilson da silva>)

Atualmente o significado de *Musseque* tornou-se mais abrangente, é utilizado para se referir a todas as ocupações de caráter informais, existentes na maior parte das áreas periféricas das cidades angolanas. Das características anteriores mantem-se sobre tudo o caráter da ocupação espontânea e desordenada, que é o objecto de estudo da atual investigação

A guerra civil foi até uma década atrás, o maior causador das imigrações no país. Nos dias actuais as assimetrias regionais apresentam-se como o maior catalisador para o êxodo rural, o que provoca o aumento do fluxo populacional para os principais centros urbanos, o que contrasta com a falta das infraestruturas para albergar as populações, facto que propicia o aumento vertiginoso das ocupações de caráter informais, onde as povoações adaptam as respostas possíveis para as suas necessidades de alojamento.

A partir da morfologia das construções de carácter informais, podemos determinar a existência de diferentes modelos de *Musseques*, definidos levando em consideração a sua estrutura física, a época de construção, a qualidade da construção, a mobilidade existente, as infra-estruturas urbanas e a serviços públicos. Com base nestes critérios, identificamos na cidade do Sumbe, dois modelos característicos de *Musseques*: os ordenados e os labirínticos.

¹⁵ Palavra na língua nacional Kimbundu, que em português significa, dançarinos tradicionais disfarçados.



Figura 3 | Imagens de satélite, dois modelos de *Musseques*. I-*Musseque* ordenado, II-*Musseque* labiríntico. Sumbe. Fonte: (google earth)

***Musseques* ordenados**

Consideramos como *Musseques* ordenados, as ocupações informais que surgem em áreas previamente loteadas. Correspondem a bairros desenvolvidos pelos próprios moradores, apresentam arruamentos em retícula e estruturas habitacionais diversas com vários níveis de manutenção. A ocorrência da operação urbanística de loteamento melhora significativamente a imagem e o funcionamento dos novos aglomerados, mas não elimina *de per se* as condicionantes que o identificam como um *Musseque*.

***Musseques* labirínticos**

Os labirintos são na forma urbana dos *Musseques*, o que possui o maior índice de densidade de ocupação por m², correspondem aos aglomerados informais mais antigos. O labirinto é formado por construções dispostas sem qualquer ordem ou estratégia, desrespeitando de maneira flagrante normas e indicações a favor da urbanidade, mobilidade e acessibilidade, salubridade, segurança contra incêndio, bem como qualquer observância ao bem comum e ao bom senso.

“Temos de admitir que há um valor na mistificação, no labirinto ou surpresa no meio ambiente (...) Contudo estes factos verificam se sobe duas condições. Primeiramente, não deve perder o perigo de perder a forma básica, a orientação ou de não encontrar uma saída. A surpresa deve ocorrer em um trabalho de organização absoluta; as confusões devem traduzir se em pequenas áreas num todo visível. Para além disso, o labirinto ou mistério deve encerrar em si alguma forma que pode ser analisada e, a seu tempo, apreendida. O caos completo sem insinuações de relações nunca pode ser agradável.” (Lynch, 1960, p.14)

1 GÉNESE | PLANEAMENTO E CRESCIMENTO DAS CIDADES

No presente capítulo pretende-se destacar os períodos, métodos e práticas de maior relevância que estiveram (e estão) por detrás da origem e evolução das cidades angolanas no geral, e do Sumbe em particular. Por outro lado, pretende-se analisar os processos, métodos e estratégias aplicadas para resolução de problemas da época, passíveis de serem adaptados e reinterpretados como forma de solucionarmos enigmas atuais.

Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro.

Heródoto

Não pretendemos fazer um mero exercício de historiografia, mas apresentar factos que nos façam compreender a realidade hoje vivida. Para tal, destacamos momentos e informações com implicações diretas ao desenvolvimento e crescimento das cidades. Partilhamos a convicção de que, “A forma urbana só pode ser compreendida na sua dimensão histórica uma vez que os elementos que ela compreende sofrem uma contínua transformação e substituição” (Moudon, 1997, p.5).

1.1 Processo de formação das cidades

O desenvolvimento e a evolução urbana em Angola como em qualquer parte do mundo dependeu (e depende) do enquadramento político, económico, social e cultural. A origem da maior parte das cidades, das vilas, dos espaços urbano e equipamento que hoje conhecemos deriva de vários processos complexos ligados a interesses de Portugal o país colonizador, que de diversas formas nas mais variadas circunstâncias e em distintas épocas, moldaram o território de modos a tirar o máximo de proveito possível.

“A história urbana de Angola está intimamente ligada a história urbana de Portugal, pelo facto de a primeira derivar da existência da segunda, os obreiros de uma terem sido muitas vezes os obreiros de outra, sendo que as referências e modelos de uma também o foram da outra” (Fonte, 2012; p.11)

A génese e desenvolvimento da maior parte das cidades Angolanas começa com o período de ocupação colonial que data de 1575 e prolonga se até 1975, em sequências que variaram entre imposição adaptação e ajustes, “em uma cronologia similar a das outras colónias portuguesas em África.” (Fonte, 2012; p.11) Acontecendo em três períodos distintos, que

classificamos por período de ‘ocupação *micro* urbana’¹⁶ do século XV ao XVI, *meso* urbana do século XVII ao XVIII e *macro* urbana do século XVII ao XX.

O período de ocupação *micro* urbana, que vai dos séculos XV ao XVII, foi marcado por uma ocupação lenta com a ausência de domínio sobre o território. Assistia-se a coexistência entre colonizadores e a população local pertencentes a alguns reinos, através de conversações e intercâmbio comercial. Por outro lado, existia conflitos com outros reinos que procuraram preservar a sua unidade política. Na época o desenvolvimento urbano firmou-se através da construção de fortalezas, fortes e equipamentos de apoio as viagens transatlânticas com o objetivo de proteger o território da população local e das ameaças estrangeiras.

O período de ocupação *meso* urbana que vai do século XVII ao século XVIII foi uma fase de maior ocupação do território com o objetivo escravagista e de exploração económica, caracterizado pela edificação de presídios e pequenas povoações costeiras, “...de estruturação interna orgânica, com planos pragmáticos e de definição gradual, baseados na cultura urbana da Europa mediterrânica medievo renascentista.” (Bonito, 2011; p.68) com instalações comerciais que tinham por função o suporte e a proteção de operações associadas ao tráfico de escravos.

O período de ocupação *macro* urbano que vai do século XIX ao XX, “foi marcado pela procura de uma identidade colonial.” (Fonte, 2012, p.68) Corresponde ao momento em que Angola passa a ser considerada uma extensão de Portugal, o período foi igualmente o de maior domínio do território, coordenado por um sistema de controle político, administrativo e militar com a sua sede em Lisboa. A nível do desenvolvimento urbano este foi o período de maior crescimento e desenvolvimento, “caracterizado por uma ocupação sistematizada, que deu origem a novos planeamentos detalhados de vilas e cidades, maior infraestruturção, sob a ideia de uma Nação una, o que implicou uma unidade Territorial.” (Fonte, 2012, p.68)

¹⁶ No presente trabalho classificamos as ocupações como *micro*, *meso* ou *macro* tendo por base a amplitude das suas atuações. *Micro*- menor, *meso*- medio e *macro*- maior.

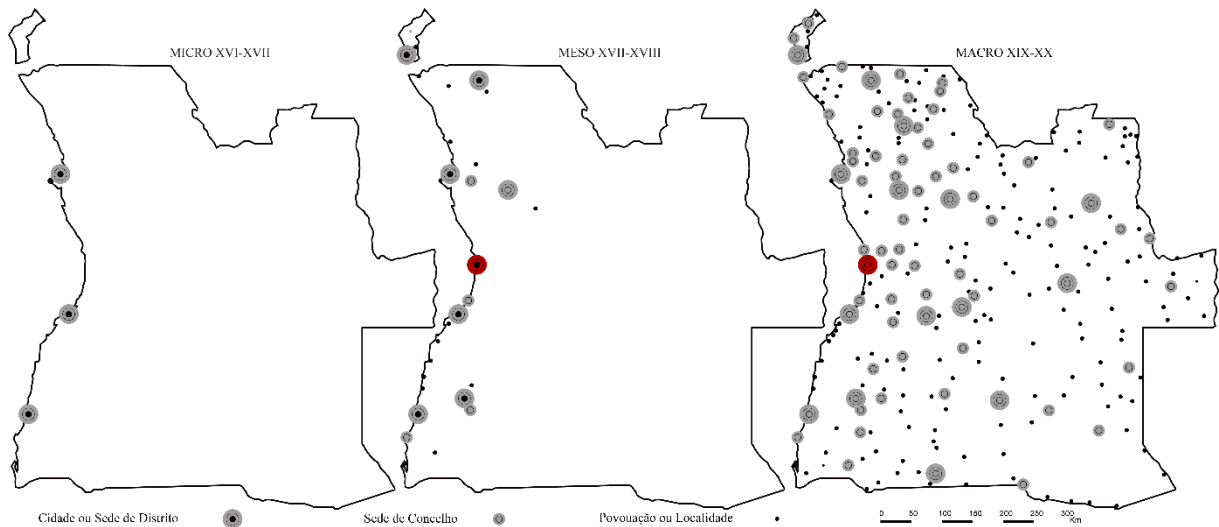


Figura 4| Esquema com a indicação, dos processos de criação e desenvolvimento das cidades. Fonte: (Autor)

O período de ocupação *macro* urbano foi o mais expressivo a nível da ocupação, consolidação do território e de desenvolvimento urbano em comparação com os outros dois períodos, apresentamo-lo segundo a visão da arquiteta Manuela da Fonte que o subdivide em três épocas, “o ciclo da procura e descoberta- de Norton de Matos até a segunda guerra mundial (1921-1939), a exploração planificada da segunda guerra mundial a guerra colonial (1939-1961) e o ciclo da infraestruturização da guerra colonial a revolução (1961-1974)” (Fonte, 2012, p.27)

Ciclo da procura e descoberta de 1921 a 1939, este período está associado a ideia da procura de uma identidade colonial, “[...] efetuada através das políticas de Norton De Matos em 1921, às consequência da entrada num regime ditatorial em 1926, e ao início da guerra mundial em 1939.” (Fonte, 2012, p.27) As sequências dos acontecimentos foram fulcrais para o desenvolvimento das cidades e vilas angolanas que tinham na sua base económica e de desenvolvimento a atividade agrícola e o comércio. A infraestruturização, a expansão da língua portuguesa e a melhoria nos serviços públicos foram algumas de muitas características positivas nas décadas de governação de Norton De Matos.

Ciclo da exploração planificada de 1939 a 1961, caracterizado pelo aumento da exploração e exportação do café, bem como ao início do desenvolvimento industrial, fatores atrativos que intensificou a procura da população branca e mestiça oriundas da *metrópole*, “Partir para África era fugir a miséria instalada em Portugal, e foi essa a opção de muitos portugueses, na esperança por vezes vã, de conseguirem além-mar a tranquilidade e riqueza impossíveis em terra metropolitana.” (Fonte, 2012, p.20) O aumento da procura trouxe consigo

vários investimentos que facilitou o crescimento, modernização e criação de várias cidades e equipamentos, aumentando de igual modo o crescimento exponencial das populações nos centros urbanos alargando os limites das cidades originando irregularidades na gestão e crescimentos das mesmas.

“As cidades tiveram que dar respostas ao fluxo de gente suscitado por todos esses impulsos de desenvolvimento, o que provocou alterações e ocupações nem sempre corretas, adulterando o seu desenho com um crescimento rápido e por vezes pouco planeado.” (Fonte, 2012; p.31)

Ciclo da infraestruturação 1961 a 1974, a nível político foi o ciclo marcado por maior pressão dos partidos de libertação e conseqüentemente o início da guerra colonial, combinado com advertências da comunidade internacional sobre o tratamento de Portugal para as suas colónias. Nem por isso abrandou o crescimento e o desenvolvimento das cidades que sofreram maior reestruturação e crescimento da população urbana na ordem de 114%.

“Apenas havia duas (Luanda e Benguela, fundadas em 1576 e 1717) eram oito em 1940, dezasseis em 1960 e, mais de vinte na década de 70. De igual modo aumenta o número de aglomerações de categoria intermedia, que entre as concentrações rurais e vilas tinham subido a categoria de cidade.” (Fonte, 2012, p.36)

Foi o período de maior visibilidade a nível internacional, e o aumento da participação da população negra nas atividades económicas. A nível do crescimento urbano foi o período de maior infraestruturação, “foi criada em 1961 a Junta Autónoma de Estradas de Angola (JAEA)” (Fonte, 2012, p.37) que foi responsável pela criação da rede de estradas que permitiu a ligações entre os vários centros urbanos, permitindo o crescimento do transporte particular, a incrementação do turismo, e maior desenvolvimento dos centros urbanos longe do litoral.

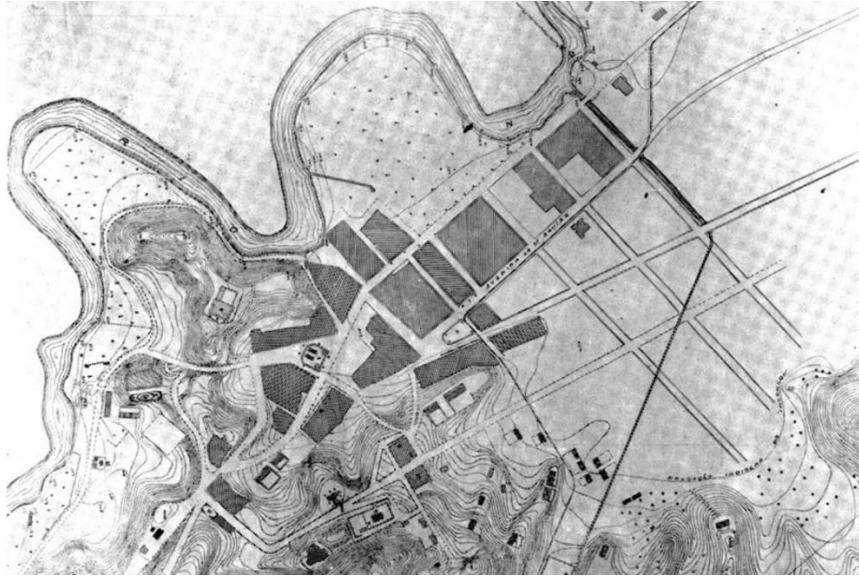


Figura 5 Planta da cidade do Novo Redondo, anos 40. Fonte: (Fonte)

A origem da cidade do Sumbe começa com pequenos aglomerados compostos por construções de população europeia, dispersas junto a costa, que foram atraídos para aquela região pela existência de várias trocas comerciais entre os povos do interior e do litoral. A população nativa localizava-se nos pontos mais altos do território, distanciado dos aglomerados europeu, onde acabava por afluir, atraídos pelas trocas comerciais.

A localização estratégica da cidade entre as localidades de Luanda e Benguela, bem como a necessidade de defesa contra as incursões dos piratas ingleses e franceses e as minas de cobre que se pensava que existia na altura, levou as autoridades coloniais portuguesas a pensarem na fundação de uma cidade, facto que só veio a ocorrer em 7 de Janeiro de 1768, quando o governador Inocêncio de Sousa Coutinho ordenou a uma brigada de engenheiros para fazer a escolha do local onde se instalaria um presídio com o nome de Novo Redondo.

1.2 Agentes de Transformação

O processo de transformação das cidades angolanas, foi conduzido e executado pelo “Estado, Administração Local e os Privados.” (Fonte, 2012, p.253)

O trio a cima citado, correspondem aos principais agentes de transformação do território angolano. O Estado tutelava as diversas áreas, partilhando com a Administração Local, os Privados e a Igreja. Facto “[que viria a ser assumido com destaque até a independência.]” (Fonte, 2012, p.253)

O ordenamento do território era da responsabilidade do Estado, O que se traduzia na elaboração de planos de urbanização, obras de arquitetura, e o controlo da ocupação do território. A gestão urbana da cidade era da responsabilidade da Administração Local, os Privados se ocupavam da promoção arquitetónica dos lotes urbanos. “Portanto cabia ao Estado as grandes apostas e aos privados a execução das pequenas obras” (Fonte, 2012, p.253)

O alargamento e crescimento desajustado das cidades por força do aumento da população, originou a necessidade de se redefinir a estratégia de intervenção urbana. Surgindo em “1944 o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC)” (Fonte, 2012, p.77) sediado em Lisboa, que tinha por objetivo, dar resposta ao crescimento desordenado através da elaboração de novos planos que fomentassem o crescimento ordeiro, e servissem “como veículo de modernização e, simultaneamente, de homogeneização da paisagem construída nos diversos territórios coloniais, com especial destaque para África e para os atuais países africanos de língua oficial portuguesa.” (Milheiro, 2013, p. 215)

Na maior parte das cidades, as propostas de habitação (familiares ou coletivas) e equipamentos (recreio, entretenimento, lazer e turismo) eram frutos da iniciativa dos investidores particulares ou empresa, que resultava na encomenda da arquitetura do fórum privado, em quanto que o Estado e a Administração Local encomendavam a arquitetura do fórum público.

“O estado produzia uma imagem que refletia o regime político vigente, traduzindo na maioria dos casos, rigor e contenção, passado e representatividade; a Administração Local, por sua vez criava uma imagem de descoberta e futuro; os privados invocavam o arrojo associado ao futuro despojamento e modernidade.” (Fonte, 2012, p.254)

As obras promovidas pelo estado eram feitas na *metrópole* ou em Angola por arquitetos, funcionários públicos ou profissionais liberais “constituído por diversos grupos de

técnicos qualificados elaboraram a maior parte dos planos urbanos e de arquitetura destinados as colônias.” (Fonte, 2012, p.77) Antes da elaboração dos planos, as cidades e vilas eram previamente estudadas e analisadas por técnicos no local, que efetuavam a elaboração dos respetivos levantamentos topográficos e um conjunto de relatórios com dados sobre as condições geológicas no geral, que eram enviados para Lisboa para realização dos planos. Independentemente dos esforços para compreensão das características climáticas local, o exercício de projeto a partir de Lisboa dificultava uma maior e melhor aproximação ao território. As obras municipais eram encomendadas pela Administração Local, na maior parte dos casos em arquitetos e funcionários em Angola. Já os privados recorriam maioritariamente a profissionais liberais (arquitetos, engenheiros, desenhadores e mestres de obra.) As obras nem sempre possuíam um projeto elaborado por um arquiteto, muitas vezes bastava o fazer empírico realizado pelo dono da obra, ou por desenhadores.

“Havia, no entanto, uma estética “coletiva” com princípios compositivos muito definidos, que fazia com que os projetos, embora não fossem de arquiteto e portanto e, portanto, fossem elaborados por pessoas que não possuíam uma formação base própria para o exercício da profissão, resultassem em copia que acabava por ter uma imagem de alguma qualidade, inspiradas nos exemplos estabelecidos pelos arquitetos que serviam de modelo.” (Fonte, 2012, p.254)

Importa destacar a estratégia de criação dos gabinetes como forma de se solucionar problemas ligados ao crescimento desordenado e um conjunto de problemas a ele associado, e aferir que houve a necessidades de transferência de competências ligadas a análise e desenvolvimento de planos urbanos da *metrópole* para as antigas colônias, pelo facto de os esforços empreendidos durante a elaboração de projetos em lisboa, para serem construídos nas colônias não eram suficientes para mitigar os erros e efeitos negativos decorrente da ausência do conhecimento do local por parte do autor. O que originou a substituição do “Gabinete de Urbanização Colonial pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU)” (Fonte, 2012, p.78) este último sediado nas cidades e vilas de maior dimensão das colônias, que ganharam autonomia de contratar técnicos para elaborar os seus próprios planos e projetos.

“As cidades modernas- e as tropicais muito especialmente- estão hoje, porém, perante problemas que, se não são todos novos, se apresentam, todavia, com a acuidade tal que a situação exige processos e soluções por vezes inéditos, urgentes e drásticos. Para os ajudar a resolver a luz da ciência e da aglomeração, houve a necessidade de criar organismos oficiais com poderes para resolve os problemas de urbanismo [...]” (Fonte, 2012, p.79).

A criação de gabinetes locais não resolveu a falta de arquitetos e profissionais que existia, por isso as necessidades foram preenchidas através da relação de proximidade entre engenheiros, arquitetos e desenhadores. Mesmo com a entrada em vigor dos planos de urbanização a maior parte dos aglomerados cresceram através das construções que surgiram mediante as necessidades e possibilidades.

“A existência de planos elaborados em Angola na Direcção de Obras Publicas, não obrigava, porém, que todas as construções/obra de arquitetura fossem obras de autor. De qualquer das formas, mesmo as obras de construtor e/ou desenhador, utilizavam um vocabulário arquitectónico que, a pesar de tudo conferia aos edifícios alguma dignidade.” (Fonte, 2012, p.255)

No que toca a arquitetura desenvolveu-se mais ou menos no mesmo período entre os anos 40 e os anos 70, uma arquitetura que apresentava uma linguagem tradicional “arquitetura do regime” (Fonte, 2012, p.278) adaptada ao clima colonial, e outra que defendia uma linguagem internacional, “de grande modernidade e clareza na linguagem adotada. Com uma solução inspirada no modelo de arquitetura moderna, pela forma e aspetos compositivo, reflete a essencial atenção dadas as questões da ventilação e insolação.” (Fonte, 2012, p.278) Entre os arquitetos uns defendiam os modelos do regime projetando o estilo oficial, outros procuraram uma linguagem diferente optando por seguir um estilo emergente contra as imagens oficiais.

“Como consequência e sem menosprezar o impacto do ‘*estilo oficial*’ entre os arquitetos, pode dizer-se que havia, no entanto, arquitetos que mais facilmente aderiram ao ‘*português suave/ D João V / vernacular*’, o que corresponderia a um desejo, por parte do estado, de marcar o seu poder -linguagem institucional. Outros naturalmente viam o *estilo internacional* como um apelo ao futuro, com uma linguagem arquitetónica em que a relação com o sítio e o clima era clara, uma vez que a arquitetura moderna se adapta melhor ao clima tropical e a natureza das pessoas que vivem nos trópicos.” (Fonte, 2012, p.278)

Foram muitos os técnicos que ao longo de varias décadas, dedicaram-se para melhorar e criar de raiz cidades e equipamento em Angola, servindo se dos seus conhecimento e praticas em arquitetura e urbanismo propuseram soluções, experimentações e adaptações de métodos para um território por muitos desconhecido, soluções decorrentes de modelos utilizados no resto da europa que não tinham respaldo em Portugal, “O movimento moderno teve grande aceitação em Angola, na arquitetura e urbanismo. No mundo as experiências sucediam-se, e o seu reflexo em Angola encontrou eco nos jovens arquitetos, preocupados com a adaptação da arquitetura aos trópicos.” (Fonte, 2012, p.55)

Os arquitetos foram fundamentais para a definição da imagem do território angolano. Pelas suas mãos alterou-se o perfil e reajustou-se a imagem do território.

“quer ao serviço do estado, quer da administração local, ou até de particulares. Fosse qual fosse o mecanismo, eles foram os obreiros de uma nova terra, com um novo caráter. Todos os agentes de transformação do território são relevantes, marcaram um registo de atuação e tiveram o seu papel neste processo, mas ao arquitetos foi dado o papel da mudança da imagem e da forma como se fazia a apropriação do sítio.” (Fonte, 2012, p.274)

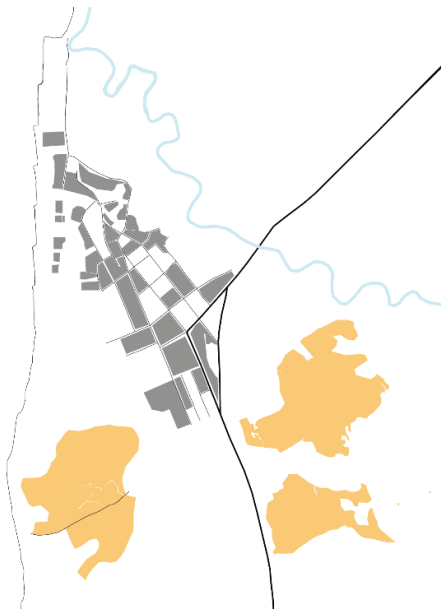
2 EVOLUÇÃO URBANA | CIDADE DO SUMBE

Depois de compreendermos a origem das cidades, no presente capítulo pretende-se elencar e analisar os problemas que originam a problemática em estudo, o seu impacto na imagem da cidade e conseqüentemente na vida dos cidadãos. Para tal, optámos por fazer, através da descrição dos *processos de ocupação do território*, pela *caracterização geral da cidade* (analisando a sua ‘estrutura social’¹⁷ e a ‘estrutura física’¹⁸) e através da *análise espacial da cidade*.

2.1 Processos de ocupação do território

A cidade do Sumbe tem a sua origem entre os século XVII-XVIII. Tendo a base da sua criação a intuição e pressupostos com base em critérios geográficos e económicos, assente especialmente no comercio resultante de trocas de produtos agrícolas com a população nativa, fator que impulsionou o desenvolvimento e o respetivo crescimento. Surgindo primeiramente pequenos aglomerados habitacionais que evoluíram para vila atingindo o estatuto de cidade em 1769.

Implantação da cidade- XVII a XVII



Consolidação Urbana-XIX a XXI

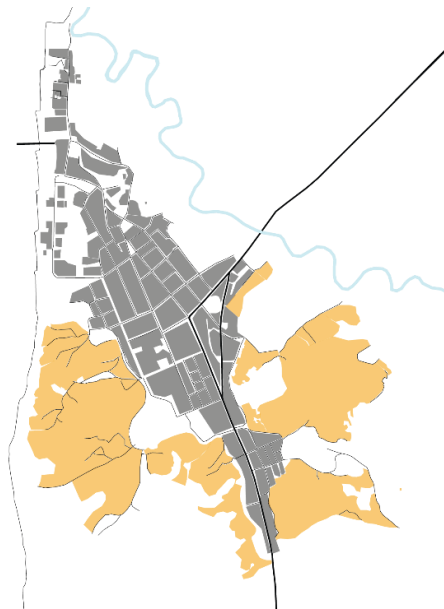


Figura 6| Representação da ocupação do território entre os séculos XVII a XVII e XIX a XXI. Fonte: (Autor)

¹⁷ No presente trabalho, definimos a estrutura social aos aspetos culturais e sociais (demografia, economia, organização administrativa)

¹⁸ Definimos a estrutura física aos aspetos geográficos e climáticos (localização, clima, hidrografia, relevo)

A cidade teve um crescimento moderado entre os séculos XVII a XVIII. A partir da década de 40 a semelhança do que aconteceu nas outras localidades, o crescimento foi exponencial.

A configuração topográfica do local onde se desenvolveu a cidade é completamente acidentada e irregular, “Os relevos de terrenos constituídos por morros e vales oferecem cotas que variam de 3 a 37 m” (Aguiar, 1951, p.16). Obrigando que o desenvolvimento urbano praticamente acontece-se na parte interior da cidade, onde se localizavam os principais edifícios residências e comerciais. O topo dos montes foi ocupado pelos edifícios de caráter oficiais e residenciais, que procuravam naquela localização garantias de melhores exposição aos ventos. Deste modo a casa para o governador, a igreja matriz, algumas habitações de particulares, e os bairros indígenas formado por pequenas cubatas do povo nativos, encontravam-se naqueles planaltos.



Figura 7 | Foto Aérea da vila, 1960. Fonte: <http://motorsportinangola.blogspot.com>

Com o crescimento da vila cresciam os *Musseques*, que dentre outros fatores urbanos destaca-se a ocupação desordenada, onde cada um ocupava o que queria e construía como queria, causando inúmeros problemas de saneamento básico e de salubridade.

Do ponto de vista da habitação, a cidade do Sumbe em nada diferia dos agregados urbanos da época, segundo o arquiteto João Aguiar, o caráter da ocupação deu à vila um espaço modesto, e entre os materiais empregues afigura-se a madeira, o adobe, e a chapa metálica. Sem existir qualquer orientação que estabeleça critérios de conforto, higiene, segurança e de harmonia com as necessidades de proteção contra o clima extremado por excelência.

“A noção de estética andou arredia desta localidade, onde não há qualquer prédio que se imponha pelas linhas de arquitetura. Não há distinção entre as zonas residências e comercial. As instalações oficiais acham-se dispersar pelas várias ruas da vila.” (Aguiar, 1951, p.17)

Na configuração da habitação dos europeus, as residências eram no geral edifícios de rés-do-chão integrados com as casas de comercio, a construção era feita em adobe e a cobertura em chapas metálicas. “As condições de habitabilidade são péssimas, verificando se um total de 206 prédios de alvenaria, madeira e adobe apenas nove têm instalação sanitária completa.” (Aguiar, 1951, p.17)

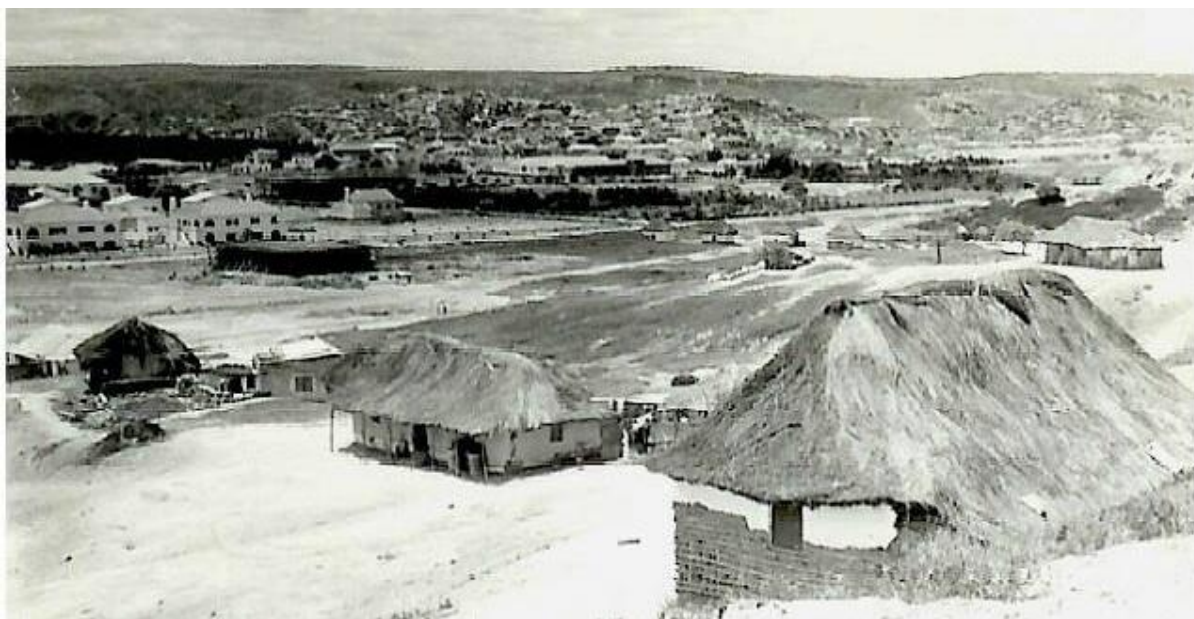


Figura 8 | Vista parcial a partir da sanzala do Inconcon, 1960. Fonte: (<http://motorsportinangola.blogspot.com>)

Na configuração dos *Musseques*, as residências eram construídas em cubatas vulgares, com as paredes feita em adobe e a cobertura em palha ou capim, com ausência de tudo que é necessário para higiene de quem o habita. Os núcleos indígenas encontravam-se dispersos pelos pontos mais altos a oeste e sudoeste da vila. A população indígena que trabalhava nas mais diversas atividades comerciais e industriais exigiam “a construção de um bairro com as necessárias condições de habitabilidade, higiene, conforto, assistência missionaria, escolar e médica, comercio privado, etc.” (Aguiar, 1951, p.17).

Os arruamentos da vila eram feitos de terra batida na sua quase totalidade, o que constituía (e constitui) um grande inconveniente durante as épocas chuvosas com a existência de lamas, e na época seca a existência de poeira, dificultando o transito de veículos e de peões.

As péssimas condições de habitabilidade, preocupava os arquitetos e técnicos, que na altura trabalhavam para melhoria do ambiente da cidade no geral (nos bairros europeus e nos *Musseques*) chegando a sugerir em 1951, “a publicação de um regulamento para orientar as construções de acordo com os princípios de higiene e conforto, e a obrigatoriedade de os projetos serem apresentados a camara municipal para apreciação.” (Aguiar, 1951, p.17)

O processo de ocupação espontânea deu origem a criação da cidade, que após o seu crescimento e a localização geográfica, ganha uma tal relevância, que impulsiona a criação de planos com vista a alterar o seu perfil numa tentativa de organização urbana. “Quer sejam de raiz, quer sejam espontâneas na sua origem todas as cidades em Angola acabam por ser objetos de planificação para a sua expansão” (Fonte, 2012, p.100) A necessidade de organização urbana origina automaticamente a ocupação planificada, que na altura, foi feita com base aos Planos de Urbanização, elaborados tendo em conta em fundamentos de princípios colonias. “Receberam as influências da época pombalina e do Eugénio dos santos, resultado da experiência de Lisboa pós-terramoto e, posteriormente, também do Brasil, incluindo outros fatores urbanos...” (Fonte, 2012, p.100)



Figura 9 | Terraplanagem para construção da Igreja e a casa do Governador ,1960.
Fonte:(<http://motorsportinangola.blogspot.com>)

O plano de urbanização abrangeu somente a vila da cidade, tendo como limites o rio Kambongo, e as montanhas que ladeiam a vila. Elaborado pelos Arquitetos João António Aguiar e Fernando Batalha, o plano visou a resolução de vários problemas causados pelo crescimento da cidade de forma espontânea, onde cada um construía onde queria e como queria. Os arquitetos propuseram uma nova forma de ocupação do espaço urbano, tendo em vista o crescimento da população e conseqüentemente da cidade.



Figura 10 | Plano de Urbanização de Novo Redondo Gabinete de Urbanização Colonial, Arquiteto João António Aguiar e Fernando Batalha, Planta de Apresentação. Fonte: (Fonte, 2012)

O surgimento dos planos de urbanização não foi por si só uma ferramenta de integração das diversas classes sociais e étnicas, sendo que essa integração foi acontecendo, com base em processos de adição ou justaposição, juntando-se a cidade planificada os bairros mistos, depois os ‘bairros indígenas’¹⁹ e depois os *Musseques*. Criando-se uma hierarquia organizada da seguinte forma:

“... num primeiro espaço temos a cidade dos brancos, (objeto de processo de urbanização), num segundo espaço a cidade mista (espaço de integração racial), e em último lugar a cidade dos negros com bairros indígenas, (também estes, por vezes, objeto de processo de urbanização), juntamente com os *Musseques*, deixados na maior liberdade ou acaso, para poderem crescer, sem regras nem princípios aparentes.” (Fonte, 2012, p.132)

A pesar da existência de uma fronteira entre os bairros, a movimentação era fluida, independentemente da segregação social e étnica a cidade era partilhada entre brancos e negros, uma vez que a cidade negra (bairros indígenas e *Musseques*) sempre serviram como mão de obra para a cidade branca (cidade planeada). Na cidade do Sumbe a configuração geomorfológica do local sempre foi a principal linha de separação entre os diferentes bairros, mas o crescimento da população branca obrigou a partilha de espaço com a população negra, mesmo com a existência da segregação e a estratificação.

O plano previa a construção de novos edifícios monumentais de forma a se valorizar a vila. Bem como a criação de novos centros comerciais, para a dinamização da atividade económicas.

¹⁹ Bairros projetados e autorizados pelo colonizador (apropriando modelos europeus), bairros destinados basicamente a população negra e mulata. (Fonte, 2012, p.419)



Figura 11 | Vista aérea da cidade de Novo Redondo, 1959. Fonte: <http://motorsportinangola.blogspot.com>

A nível das habitações o plano apresentava-se segregado em três zonas, zona mista, habitações para a população europeia e habitações para os indígenas. “A fim de atender as exigências do crescimento populacional, em terreno com boas condições climáticas.” (Aguiar, 1951, p.8)

Para as habitações destinadas a população europeia, propuseram a criação de novas zonas residências para construção de moradias, independentes isoladas e geminadas. “Essas zonas com características de bairro jardim, ocuparão parte dos morros sobranceiros ao mar.” (Aguiar, 1951, p.8)

Para a população indígena criaram-se bairros localizados nos morros distanciados dos bairros para a população europeia, de forma a solucionar os graves problemas de salubridade existente nos *Musseques*. “os indígenas que vivem em cubatas dispersas pela periferia da vila serão concentrados num bairro privativo a projetar.” (Aguiar, 1951, p.8)



Figura 12 | Montagem com a representação de variadas Avenidas de Novo Redondo (Sumbe) em dia de corridas, 1969. Fonte: (<http://motorsportinangola.blogspot.com>)

A nível do arruamento o plano, previa o aproveitamento e a manutenção da maior parte das ruas existentes, retificando-se as praças, bem como a introdução de largos passeios arborizados para o recreio da população, com acesso aos edifícios oficiais, comerciais e hotéis.

“Dota-se desse modo a cidade com um magnífico logradouro no ponto que mais condições de bem-estar oferece, o que representa uma aspiração da população que já procura a praia para gozar a amenidade do local” (Aguiar, 1951, p.8)

O plano fez-se acompanhar de um regulamento que definia o tipo de construção, a área mínima dos lotes, a área máxima das construções, o número mínimo de pisos e outras condicionantes. A realização do plano foi prevista para um logo prazo, dependendo de um plano de ação elaborado pela Câmara Municipal de Novo Redondo. O que foi se efetivando lentamente até 1975 com a independência de Angola.

Ocupação das zonas suburbana- 1975 a 2002

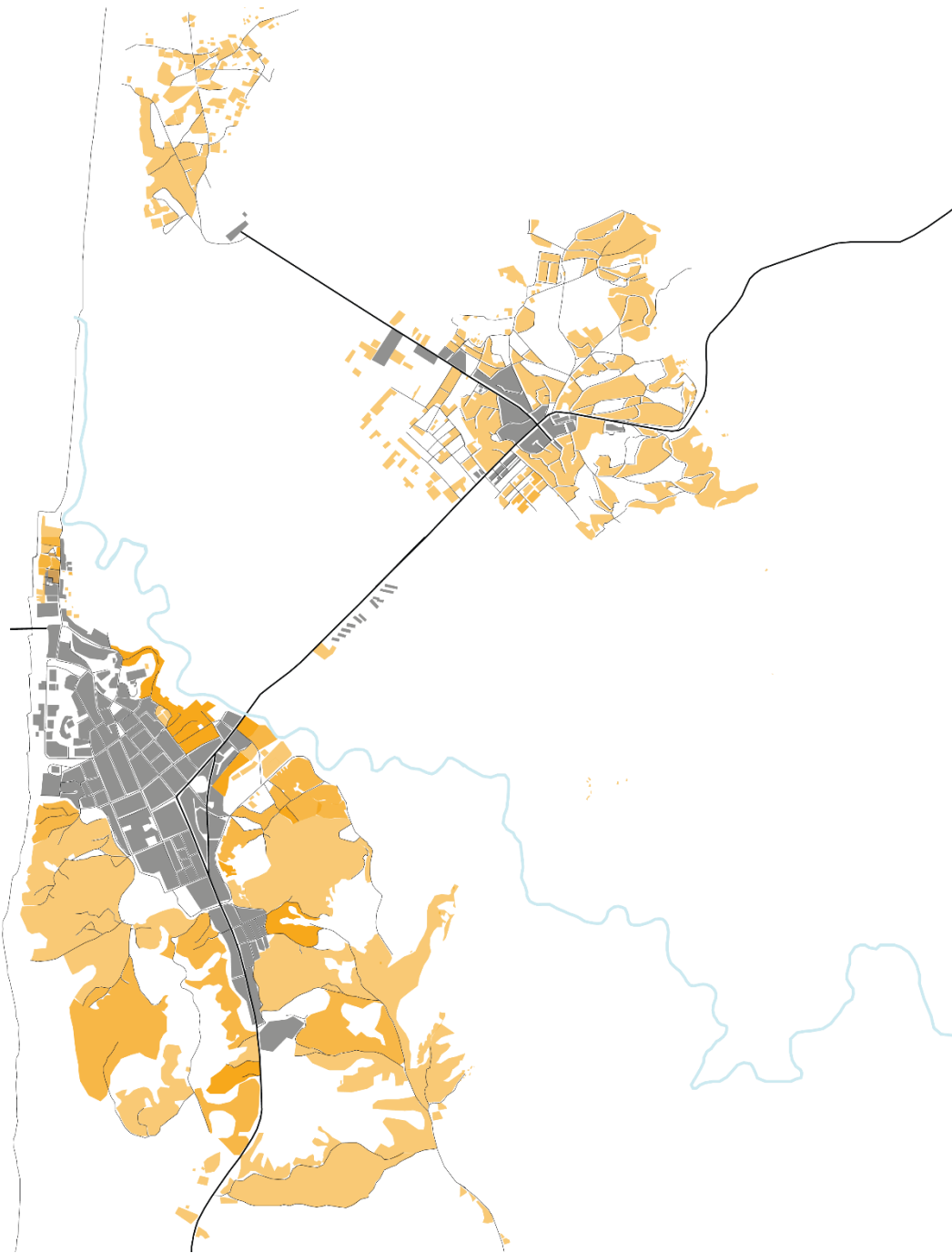


Figura 13| Representação da ocupação do território entre 1975-2002. Fonte: (Autor)

A independência de Angola marcou o fim da ocupação portuguesa, e conseqüentemente o início da guerra civil. A saída brusca dos portugueses após a conquista da independência, não permitiu uma passagem de testemunho para o devido controle e gestão da cidade e as atividades que sustentavam o sector económico e social, assistindo-se a uma sistemática degradação das fábricas, indústrias, fazendas e outras atividades do sector público e privado. A cidade colonial (cidade planeada) feita especialmente para os brancos, foi recuperada pelos povos nativos que

viviam nos *Musseques* ao redor da vila da cidade, os novos ocupantes apropriaram-se da cidade conservando muita das práticas e costumes, que outrora assistiam da plateia. A degradação dos principais pilares que sustentavam as atividades económicas, obrigou o aparecimento de outras atividades de carácter informal, que cresceram ao longo do tempo até os dias atuais.

De 1975 até 2002 foi um período de pouca transformação a nível urbano, tendo a cidade sofrido um ligeiro crescimento populacional devido ao fluxo de deslocados de guerra, que procuravam na capital provincial abrigo, por nela se verificar poucos conflitos.

Das poucas transformações ocorridas destacamos o surgimento de novos núcleos urbanos localizados a norte da cidade, separados da vila colonial por lavras e campos de cultivos. Os novos núcleos urbanos marcaram o nascimento do maior bairro da cidade do Sumbe o bairro do Chingo, e o bairro das Salinas. O bairro do Chingo foi constituído por pequenos estabelecimentos comerciais e uma zona habitacional de apoio as indústrias e fabricas aí localizadas, envolta nasceram vários *Musseques* que crescem até os dias de hoje. O bairro das Salinas localiza-se a nordeste da cidade colonial, como o próprio nome indica nasce por consequência das salinas que aí existiam, encontra-se separada do bairro do Chingo pelo aeródromo da cidade. Os novos bairros que surgiram após a independência até 2002 cresceram a volta de serviços e construções da época colonial.

A par dos bairros destacamos os edifícios contruídos pelos cubanos, integrados dentro da malha urbana e algumas habitações espalhadas pelos novos núcleos. Bem como a densificação dos *Musseques* existentes a volta da cidade.

A independência ditou o fim da execução do plano geral de urbanização do novo redondo, e a volta massiva da construção espontânea, que intensificou-se com o final da guerra civil aos quatro de abril de 2002 e foi crescendo até a data atual.

Expansão das zonas suburbanas- 2002 a 2010

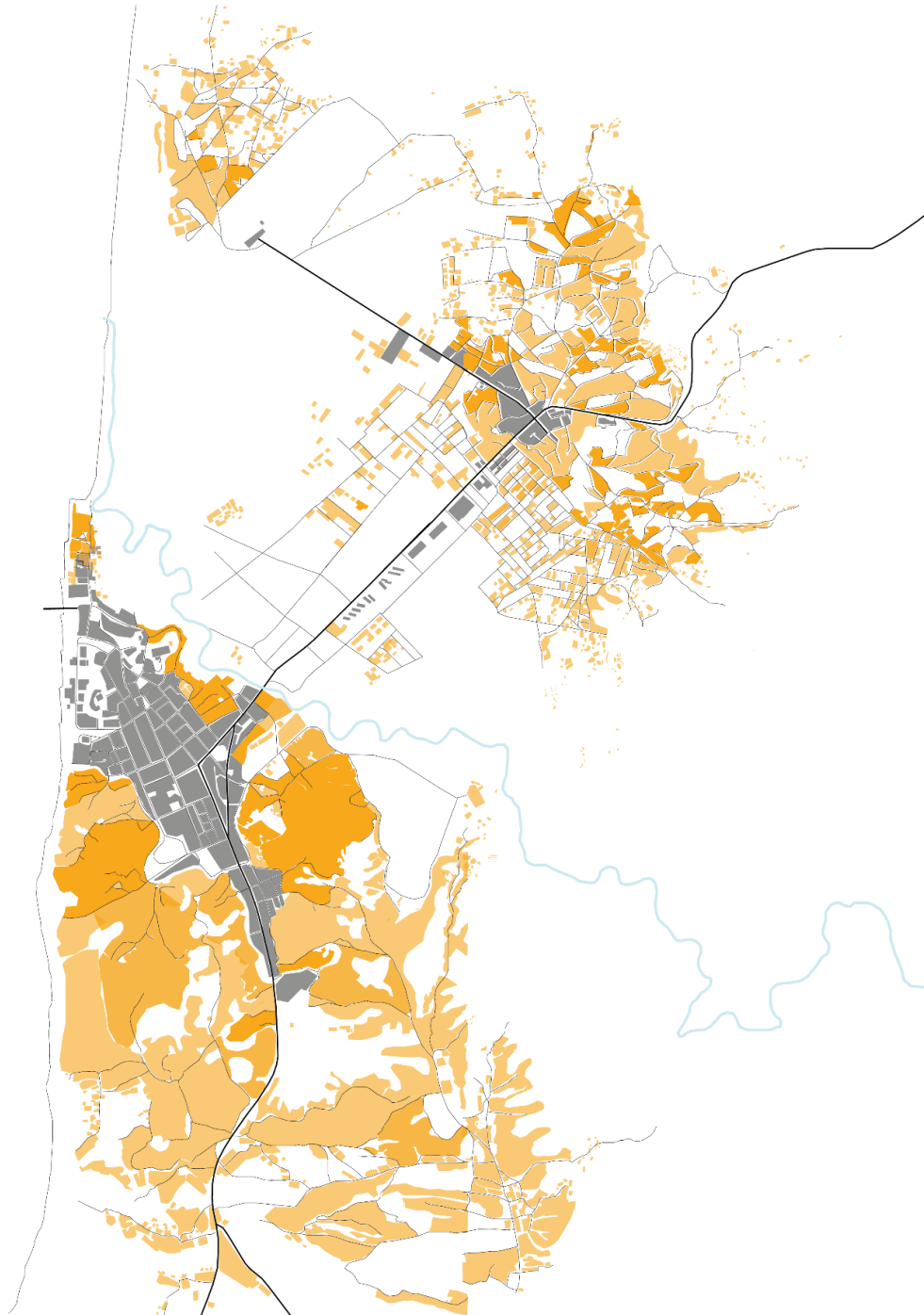


Figura 14| Representação da ocupação do território entre 2012-2019. Fonte: (Autor)

A partir de 2002 dá-se início ao período de maior expansão da cidade, o calar das armas traz uma outra dinâmica para o desenvolvimento urbano e principalmente no processo de ocupação do território. Intensificou-se o êxodo rural do campo para a cidade a procura de melhores condições de subsistência, o que elevou de maneira exponencial a procura e a necessidade de novas habitações.

A procura massiva pelas habitações encontrou barreira na oferta e na falta de políticas e regulamentos que orientassem e fomentassem a autoconstrução dirigida, o que fez com que o crescimento urbano fosse na sua quase totalidade de maneira desordenado, onde cada um ocupou o que deu e construiu como deu. Assistiu-se à densificação e alargamento dos bairros, ao surgimento de novos *Musseques*, construídos em zonas de riscos, sem os serviços necessários, dependendo exclusivamente dos serviços existente na vila colonial.

O crescimento económico que se verificou no país a partir de 2006 a 2012, não teve reflexo na vida da maior parte dos cidadãos, que continuavam a depender das atividades informais como meio para sustentar as sua famílias, o que se reflete nas novas construções que completam o mosaico urbano.



Figura 15 | Construções precárias em área de risco, bairro Inconcon, 2019. Fonte: (Autor)

As construções que formavam (e formam) os *Musseques* obedeciam (e obedecem) a uma lógica própria, em que as casas eram feitas em primeiro plano de adobe com a cobertura em palha ou chapas metálicas, que depois evoluíam mediante as possibilidades, para construções definitivas feitas em blocos de cimento. Os *Musseques* mais antigos, existentes a volta da cidade, densificaram-se e alargaram-se, as construções foram adaptadas ao relevo de terreno subindo as montanhas a volta da cidade.

Consolidação das zonas suburbanas- 2012 a 2019

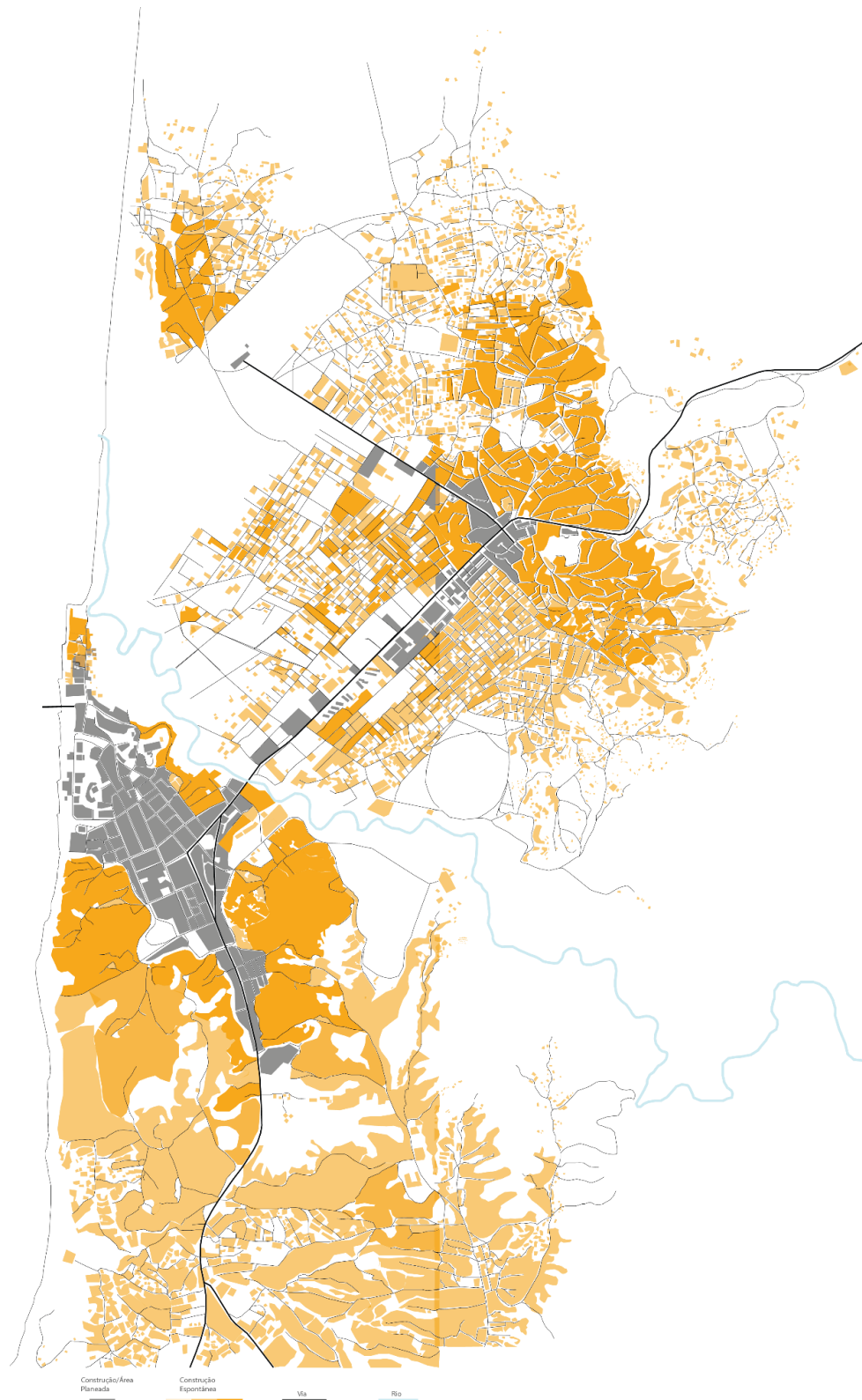


Figura 16 | Representação da ocupação do território entre 2012-2019. Fonte: Autor

Esta última etapa é caracterizada pela expansão das infraestruturas fora do núcleo colonial, a acompanhar as infraestruturas, seguiram-se novas ocupações espontâneas que foram

preenchendo o hiato entre o núcleo colonial e o bairro do Chingo. As novas construções foram erguidas maioritariamente em terrenos vendidos pelos camponeses que exploravam os espaços, mas que, pela valorização desses espaços por parte da infraestrutura de educação e saúde que foram surgindo na via principal, impulsionou o loteamento arbitrário e a venda dos terrenos, na maior parte dos casos sem o consentimento e intervenção da administração.

A configuração geomorfológica dos novos espaços, formado por planícies, diferencia-se das cordilheiras a volta da cidade, o que permitiu (e permite) a realização com maior facilidade de loteamentos por parte dos vendedores dos respetivos terrenos. Nos novos espaços loteados, emerge uma tipologia que diferencia-se das tipologias existentes nas cordilheiras a volta da cidade, diferenças que descrevemos melhor no próximo capítulo.

As operações de loteamentos não eliminam de per si os dilemas da problemática em estudo, mas abrem portas para organização das novas tipologias em parcelamentos previamente definidos. As operações de loteamento realizadas, carecem de acompanhamento e fiscalização por parte das autoridades, o que de resto, acontece com todas as operações urbanística que são realizadas de forma inata sem o cumprimento dos regulamentos.

É de igual modo característico a densificação dos *Musseques*, que vão crescendo preenchendo os espaços vazios, ligando-se entre si criando uma mancha que ocupa todos os espaços desde as cordilheiras até as planícies, eliminando os espaços verdes, desviando o curso natural de escoamento das águas pluviométricas, contaminando os lenções freáticos através da massiva construção de fossas sépticas, agravando as erosões de terra, e muitos outros constrangimentos que abordamos melhor nos próximos capítulos.

As construções de caráter informal para além de originarem os *Musseques*, refletem-se também no núcleo colonial, onde uma boa parte dos edifícios encontram-se descartelizados, com adaptação de construções arbitrárias nos terraços e logradouros, com a ocupação indevida dos espaços públicos para a promoção de atividades privadas de comércio e recreação. As novas construções que surgem dentro do núcleo colonial são na sua maioria desenquadradas com a configuração morfológica dos edifícios aí existente, uma vez que os regulamentos existentes não são tidos nem aplicados.



Figura 17 | Centralidade da *Quibaúla*. 2017. (Fonte: www.angop.ao/angola/pt)

A par das construções espontâneas, para minimizar o impacto da grande necessidade de habitação condigna por parte da população. O estado deu início a construção da ‘centralidade’²⁰ da ‘*Quibaúla*’,²¹ um projeto formado por conjuntos habitacionais, erguido segundo os novos padrões urbanos. Desde a década de 1980 com a construção do bairro E-15, não se viu um projeto planeado capaz de dinamizar a evolução urbana, e questionar a forma de ocupação do território.

A centralidade da *Quibaúla*, localiza-se a 40 km da cidade do Sumbe, possui 2.010 apartamentos, 156 lojas, quatro escolas e um posto de saúde, é completamente urbanizada e dispõe das estações de tratamento de água potável (ETA) e a de tratamento de águas residuais (ETAR).

As novas centralidades, possuem vários defeitos a serem corrigidos, relacionados com a localização, as tipologias construídas, os métodos construtivos, o tipo de financiamento, e muitos outros problemas. Mas, entretanto, representam de forma inequívoca o padrão mínimo habitacional desejado pela população.

A pouca oferta e a falta de soluções mais económicas, associado a incapacidade de proporcionar as condições mínimas presentes nas centralidades e nos bairros colonias, para os *Musseques*, aumenta o fosso da segregação social no espaço urbano.

²⁰Nome dado a um grupo de novos conjuntos habitacionais, construídos a partir de 2008 em várias províncias angolanas.

²¹Palavra na língua nacional Kimbundu que em português significa grelhar



Figura 18 | Bairro presente na cidade colonial. 2018. Fonte: (Voz da América)

A cidade colonial encontra-se completamente descaracterizadas, os edifícios, as ruas, os esgotos e o sistema de tratamento de águas residuais, estão obsoletos, a precisarem de intervenções para conveniente recuperação. ‘Muita poeira quando não chove e águas paradas quando São Pedro decide abrir as comportas, é hoje o cenário que se regista em toda cidade, criando nos tempos chuvosos os esgotos a céu aberto’²², o que dificulta a movimentação de veículos, pessoas, bens. Bem como a abundância de doenças tropicais no tempo chuvoso, e no tempo seco o aparecimento massivo das doenças respiratórias devido a poeira.

A realidade atual corresponde a mesma que motivou a criação do plano de urbanização da cidade do Sumbe outrora Novo Redondo em 1950. Tanto que para uma melhor caracterização da realidade hoje vivida, optamos pela apresentação de um trecho da memória descritiva do plano de urbanização de 1950:

“Novo Redondo não está urbanizada. Falta-lhe uma rede de abastecimento de água, um sistema de esgoto e uma conveniente pavimentação de rodagem e passeio da rua. Os serviços de limpeza são deficientes pelo primitivismo dos processos ainda adotados. A vila não dispõe de jardins públicos e a arborização é irregular. Não se encontram terrenos para a construção de moradias nem tão pouco estão fixados os locais para a construção dos edifícios públicos que a vila carece e os reservados à indústria. Não existe praia organizada. Além desses outros problemas há relacionados com a urbanização da vila, e que consideramos essenciais para a organização social, política e económica de Novo Redondo.”
(Aguar, 1951, p.41)

²² http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/odebrecht_acusada_de_abandonar_obras_no_sumbe

2.2 Caracterização geral

Sumbe é a capital da província do Kwanza-sul. O seu nome tem como origem os terreiros a beira mar, onde se faziam trocas comerciais entre a população nativa e os ‘comerciantes europeus.’²³ Terreiros conhecidos por ‘*Kussumba*²⁴’ que em português significa Comprar. ‘Corruptela após corruptela, *Kussumba* virou Sumbe.’²⁵ O local denominou-se Novo Redondo em 1768, (como referência ao presídio do Novo Redondo) até a independência de Angola em 1975. Passando a ser denominado *Ngunza Cabolo*, em homenagem a um antigo ‘*Soba*²⁶’ da região. Pouco tempo depois readquiria o seu nome popular, Sumbe. Sumbe é a ‘Comuna’ sede do município com o mesmo nome, e a cidade objeto do atual estudo.

Província	Município	Comunas
Kwanza-Sul	Sumbe	Sumbe, Gungo, Gangula, Quicombo

Tabela 1, Divisão administrativa do Município do Sumbe, fonte: Autor

Localização

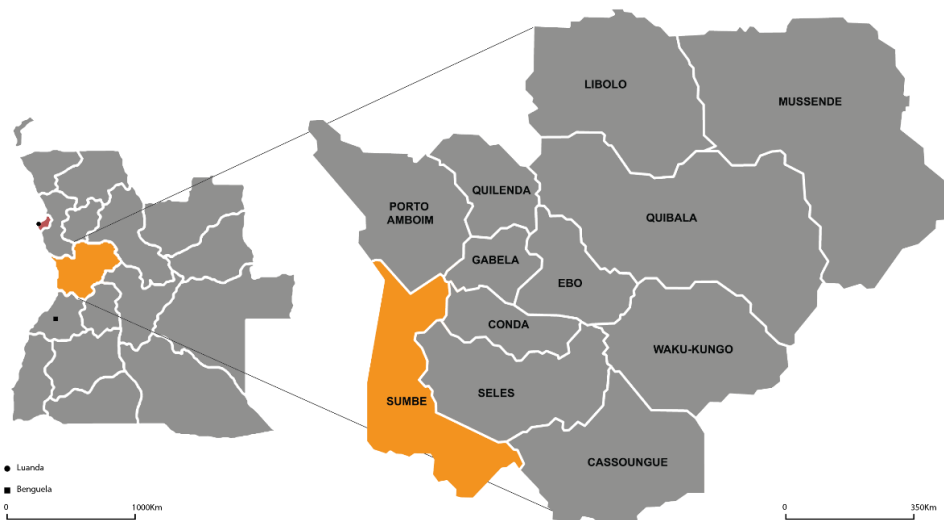


Figura 19 | Localização da província em Angola e do município na província. Fonte: (Autor)

Localiza-se no litoral Sul de Angola, a uma distância de 332 km de Luanda e 212 km de Benguela. Ocupa uma área de 3.890 km². É limitado ao Norte, pelo município de Porto Amboim, ao Sul, pelo Lobito, a Nascente, pelo Seles e a Poente, pelo mar, faz parte da península litoral de Angola, que, com uma profundidade variável, se estende ao longo da costa atlântica.

²³ Comerciantes, portugueses, holandeses e ingleses.

²⁴ Palavra em língua nacional quimbundo que em português significa, ‘Comprar’.

²⁵ <http://m.redeangola.info/roteiros/sumbe/>

²⁶ Deriva da palavra em língua nacional quimbundo que em português significa, ‘Potentado’. Nome dado aos chefes das aldeias em Angola, desde o tempo pré-colonial, habitualmente reconhecidos como a autoridade tradicional.

Clima

O município é caracterizado por ter um clima tropical quente e semiárido, que em regra geral predomina no plano litoral do centro de Angola. Verificam-se predominantemente duas estações, o verão que vai de setembro a abril, com a temperatura média diária 26-27°C, e que coincide com a época chuvosa, de novembro a abril. E o ‘cacimbo²⁷’, tempo seco e frio que vai de maio a agosto, com a temperatura média diária de 20-21°C.

Hidrografia



Figura 20 | Atividades praticadas no curso do rio Cambongo: lavagem de roupa, pesca, recreio e lazer. Fonte: (Autor), (<https://500px.com>: Marta Costa, Rui Gomes da Silva)

No município predominam numerosos rios, que correm em direção Nascente-Poente para o oceano atlântico. Destacam-se o Keve, o Longa, o Quicombo e o ‘Cambongo-Ngunza’²⁸. É este último o mais importante para o atual estudo, pois na sua foz, divide a cidade do Sumbe em duas partes e desagua no oceano atlântico. A par de ser a fonte de distribuição de água para os cidadãos, persiste nas suas margens a existência de pequenas plantações e hortas, a pesca, o costume de lavagem de roupas, a secagem de farinha para o fabrico de ‘fuba²⁹’, a extração de areia para a construção civil e a existências de uma rica fauna e flora.

²⁷ Expressão utilizada em Angola para caracterizar a estação seca, relativamente fria (de maio a setembro)

²⁸ Nome atribuído em memória ao então soba N'gunza Cabolo.

²⁹ Palavra em língua nacional Kimbundo que em português significa farinha. É a farinha fina feita com milho ou mandioca moída.

O rio Cambongo, foi (e continua sendo) uma das principais causas de insalubridade, tal como afirmou o arquiteto João António Aguiar, na memória descritiva do Plano Geral de Urbanização De Novo Redondo de 1951 “A principal causa de insalubridade da vila é a proximidade do rio Ngunza, cujo as cheias muito a prejudicam. Nas suas margens e nos charcos proliferam mosquitos.” (Aguiar, 1951; p.15) Como solução para as constantes cheias foi feito na década de 50, um desvio em um troço do rio que melhorou significativamente o saneamento da cidade, para completar a solução faltou a “regularização das margens do rio e do aterro entre as áreas compreendida entre este e o espaço urbano” (Aguiar, 1951; p.15). Solução que até hoje não foi terminada, nem revista, surgindo de ano em anos desalojamentos provocados pelas enchentes e surto de doenças tropicais no pico da época chuvosa.

Relevo

É patente na configuração geomorfológica da cidade vários montes, (adiante, designamos por cordilheiras) que separem a costa marítima do núcleo urbano colonial, fazendo com que a cidade colonial não seja abrangida pelas benesses de cidades instaladas no litoral “A vila não é abrangida, pelos ventos dominantes, provenientes do mar, nem refrescada pela brisa marítima.” (Aguiar, 1951; p.15) Aspeto que intensifica os níveis de calor nos meses mais quentes, e que o contribui (e contribuí) para espanação das construções e ocupações desordenada nos pontos mais alto da cidade.

Demografia

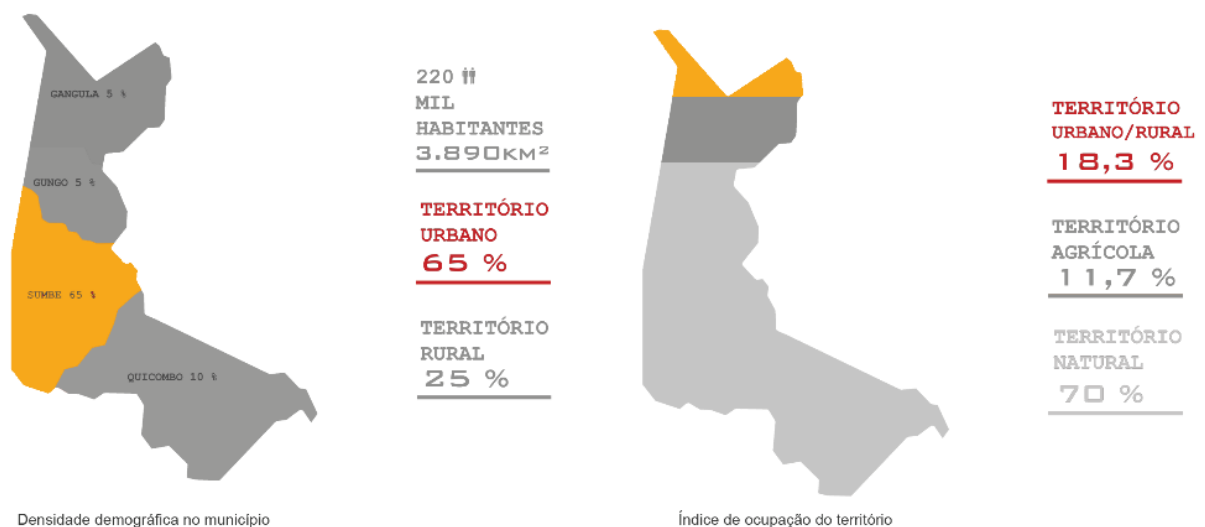


Figura 21 | Demonstração da densidade populacional e ocupação do território. Fonte: (Autor)

Segundo os dados referentes ao recenseamento geral da população e habitação, o CENSO de 2014, o município do Sumbe detinha 220 mil habitantes, apresentando o maior

número de residentes, concentrando 15% da população da província, com uma densidade demográfica de 56 hab./km².

Existe uma grande disparidade da densidade populacional na cidade do Sumbe em comparação com as outras três comunas que completam o município sede. Facto que a par da guerra civil, é apresentado como justificativa pelas autoridades administrativas como sendo a (maior) causa da expansão acelerada e desordenada da cidade e dos núcleos urbanos.

A percentagem de ocupação do território ilustra de forma clara a realidade de 17 das 18 províncias com a exceção de Luanda, a população aglomera-se junto dos centros urbanos de origem colonial, pois eles continuam a abrigar as infraestruturas que permitem a realização de atividade económicas e recreativas.

Economia



Figura 22| Atividades informais, venda e serviço de moto táxi. Fonte: (Autor)

A economia da cidade é a maior da província, e baseia-se maioritariamente no sector terciário³⁰ e a *micro* atividade pescaria. Dentro deste quadro destacamos a atividade informal que segundo o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social Manuel Moreira, abrange 60% da atividade económica da cidade. “... a taxa de atividades abrange mais de 60 por cento da população angolana que está empregada. Grande parte está no mercado informal, onde as pessoas têm trabalho e renda, mas o que ganham não se reflete na economia real”³¹. Os mercados informais e o sistema (informal) de transporte albergam a maior parte dos trabalhadores da economia informal.

³⁰ Corresponde às atividades de comércio de bens e à prestação de serviços.

³¹ (Moreira, 2019)

Cultura



Figura 23| Iª Corrida de carro, Novo Redondo – 1969 Fonte: (<http://motorsportinangola.blogspot.com>.) IIª Apresentação de um grupo carnavalesco. Fonte: (https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2019)

A nível cultural, a cidade partilha as mesmas características que os maiores centros urbanos. Apresenta uma amálgama de várias manifestações culturais, onde destacamos as comemorações populares como o carnaval, o ‘FestiSumbe’³², e praticas oriundas da época colonial como o automobilismo, que mais do que um desporto transformou-se em um símbolo cultural da cidade.

Organização Administrativa

A organização administrativa obedece as regras estipuladas na Constituição da República de Angola (adiante CRA), em que a representação da Administração Central do Estado a nível local é feita pelo órgão colegiais, (Governo Municipal, Administração Municipal e Administração Comunal) e os Órgãos singulares (Governador Provincial, Administrador Municipal e Administrador Comunal). Que dentre muitas atribuições destacamos as competências ligadas ao domínio do Desenvolvimento Urbano e Ordenamento do Território³³:

- I. elaborar e aprovar as propostas de ordenamento territorial, nos termos da lei;
- II. elaborar e aprovar projetos urbanísticos e respetivos loteamentos para as áreas definidas para construção, nos termos da lei;
- III. promover, apoiar e acompanhar desenvolvimentos de programas de autoconstrução dirigida e de habitação social;
- IV. autorizar a transmissão ou a constituição de direitos fundiários sobre terrenos rurais, agrários ou florestais, no termo da lei;
- V. autorizar a constituição e direitos fundiários sobre terrenos urbanos, nos termos da legislação fundiária e do ordenamento do território;
- VI. submeter a Administração Central proposta de transferência de terrenos do domínio publico para o domínio privado do estado;

³² Festival Internacional de Música da cidade do Sumbe.

³³ Direito Administrativo Angolano - Volume I: Organização Administrativa, p.112.

- VII. submeter a Administração Central proposta de concessão de forais aos centros urbanos que preencham os requisitos legais;
- VIII. observar e fiscalizar o disposto nas Leis das Terras, na Lei do Ordenamento do Território e os seus regulamentos;

Para realização e fiscalização das operações urbanísticas e do ordenamento do território, a Administração Local do Estado socorre-se ao conjunto de diplomas legais e jurídicos que abaixo destacamos:

- Lei das Terras, Lei n.º 9/04 de 9 de novembro.
- Lei Do Ordenamento Do Território E Do Urbanismo (LOTU), Lei n.º.3/04 de 25 de junho.
- Regulamento Geral dos Planos Territoriais Urbanísticos e Rurais (RGPTUR), decreto n.º2/06 de 23 de janeiro.
- Regime Geral de Licenciamento das Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Obras de Construção de edifícios, O Decreto n.º80/06 de 30 de outubro.
- Regulamento Geral das Edificações urbanas, Decreto n.º 13/ 07 de 26 de fevereiro.
- Lei de Bases do Fomento Habitacional, Lei n.º3/ 07 de 3 de setembro.
- Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, Decreto n.º 58/07 de 13 de julho.
- Bases da Política Nacional de Concessão de Direitos sobre a Terra, O Decreto Presidencial n.º 216/11 de 8 de agosto.
- Regime de Regularização Jurídica dos Imóveis Destinados á Habitação, Comercio e Mistos, Público e privados, a Lei n.º69/12 de 27 de julho.

O conjunto de leis, decretos e regulamentos definem um sistema integrado de normas, princípios, instrumentos e ações de Administração Pública, com vista à gestão e organização do território, para o alcance de um ordenamento territorial sustentável. De igual modo atribui as autarquias locais (Governo Municipal) a responsabilidade de intervirem nas áreas sob a sua jurisdição.

É factível a existência de normas e ferramentas para regularização e orientação das várias operações a nível urbano e territorial, mas a sua implementação tem sido complexa e pouco funcional, e na maior parte das vezes inexistente. A incapacidade de execução e implementação das normas e regulamentos é no nosso entender, uma das principais causas da origem e crescimento dos aglomerados e ocupações informais, afirmação contrária a justificação dos dirigentes políticos que culpam, o êxodo da população do campo para as cidades decorrentes dos conflitos armados como a principal causa.

Para além da Administração Local do Estado, a Constituição Angolana reconhece no seu artigo 223º a Autoridade Tradicional.³⁴ (Poder Tradicional) As Autoridades Tradicional advogam os interesses das comunidades rurais junto das administrações, tendo um grande grau de influência na vida sociopolítica e cultural das comunidades através da sua proximidade e convivências direta com os cidadãos, que pela ineficiência da Administração Local do Estado recorrem ao poder tradicional para resolução de pequenos conflitos.

“As autoridades tradicionais são pessoas singulares ou instituições investidas de poder de autoridade junto das comunidades, fundadas nos usos e costumes, no resgate e consolidação da identidade nacional, fazendo cumprir os costumes, dirimirem conflitos ou litígios levados a sua jurisdição, apoiarem as populações em caso de caça, queimada, distribuição de terrenos comunitários, resolução de fenómenos naturais como a seca, cheias, e outras calamidades.”(Miguel, 2014, p22)



Figura 24 | Representação dos Sobas e Coordenadores de uma comuna. Fonte: (Clubk.net)

A CRA e o poder político, reconhecem o valor e o poder simbólico que as Autoridades Tradicionais representam nas comunidades em que se encontram inseridas, servindo-se dos mesmos para apoiar na identificação dos problemas que afetam as populações e assim discutir os programas para a busca de soluções.

Muitos serviços prestados pela Administração Local do Estado limitam-se ao nível dos territórios urbanos, deixando as povoações e aldeias do território rural entregues às Autoridades Tradicionais. Com a ausência dos mesmos serviços, o Poder Tradicional é chamado a desempenhar determinadas funções da Administração do Estado. Por essa razão, justifica-se o fundamento para um novo tratamento das instituições do Poder Tradicional. Para que os mesmos possam servir-se de ferramentas e diplomas legais para resolução dos vários encargos sobre as suas jurisdições dentre os quais destacamos a distribuição de terrenos.

³⁴Autoridades tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respetiva organização política-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinária e no respeito pela Constituição e pela lei” (Artigo 224º).

2.3 Análise espacial

- **Escala da Cidade**

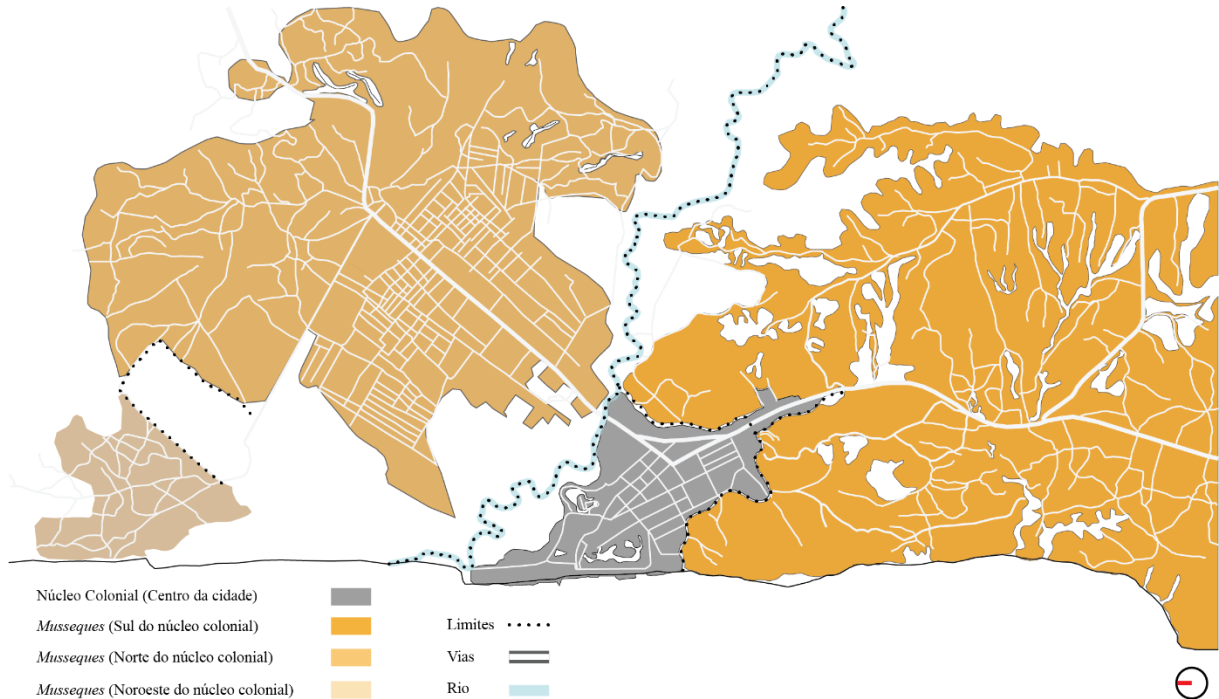


Figura 25 | Representação dos elementos que compõem o quadro da cidade: bairros, limites e vias. Fonte: (Autor)

A comuna do Sumbe atualmente encontra-se dividida por diversos ‘bairros’³⁵ não foi possível identificarmos a quantidade exata por falta de informações integradas sobre os mesmos. Mas com o auxílio do Gabinete de Urbanismo e Habitação do município foi possível identificarmos os principais núcleos urbanos, tendo por base o período de formação e as características tipo-morfológica dos mesmos.

Deste modo, destacamos o núcleo urbano colonial habitualmente chamado de ‘cidade’³⁶, os numerosos *Musseques* existentes (nas cordilheiras) a Sul do núcleo colonial, os *Musseques* a Norte do núcleo colonial o bairro do Chingo, e os *Musseques* a Noroeste do núcleo colonial o bairro das Salinas.

Os aglomerados urbanos encontram-se separados por vario ‘limites’³⁷: o núcleo colonial encontra-se separado dos *Musseques* a Sul do mesmo, por um conjunto de valas de drenagem lineares, que impedem que as águas da chuva provenientes das cordilheiras a volta

³⁵ São áreas cidadinas relativamente grandes, em que o observador pode penetrar mentalmente e que tem alguns aspectos comuns. (Lynch, 2006, p. 78)

³⁶ Na classificação popular o termo *cidade* referencia o núcleo urbano colonial, o resto dos núcleos urbanos são chamados de bairros.

³⁷ São os elementos lineares não considerados como rua: são normalmente, mas não sempre a fronteira entre duas áreas diferentes. (Lynch, 2006, p. 73)

inundem o núcleo. O rio é o principal limite que divide a cidade do Sumbe, e separa o núcleo colonial dos *Musseques* a Norte do mesmo, o bairro do Chingo. Que por sua vez encontra-se separado dos *Musseques* a Noroeste do núcleo colonial pelo aeródromo da Comuna.



Figura 26 | Separação dos bairros existentes nas cordilheiras e o núcleo colonial. Fonte: Iº (<https://www.quadrante-engenharia.pt/es/medios-y-noticias/2018/>) IIº (Autor)

É importante referimos o conjunto de pontes que atravessam os limites e fazem a ligação do núcleo colonial com os *Musseques*. O núcleo colonial encontra-se centralizado, representando o coração da cidade. Os limites afiguram-se como pontos importantes pois representam manifestamente uma separação, que reflete-se, na forma de construir e habitar o território.

A cidade é atravessada pela Estrada Nacional 100 (adiante AN100) que faz a ligação de Luanda, Benguela e o resto do Litoral-Sul do país. Essa via corresponde ao único meio de ligação entre os bairros do Chingo e das Salinas, ao núcleo urbano colonial e aos bairros nas cordilheiras a volta do núcleo urbano. Partido da AN100, conectam-se outras vias com características distintas que distribuem-se nos diversos bairros.

O núcleo colonial é composto por vias com uma certa qualidade espacial, facilmente identificáveis e muito bem estruturadas, que permitem boa circulação no interior da cidade.

Nos *Musseques* labirínticos as vias encontram-se distribuídas de forma rizomática, sem definição clara das principais e as secundárias. Facto que complica a circulação e a identificação dos edifícios aí existentes. As vias são de terra sem qualquer tratamento adicional.

Nos *Musseques* organizados, as vias apresentam um certo alinhamento, que facilita a circulação no seu interior, porem na sua maioria são de terra a vista como nos *Musseques* labirínticos.

• **Escala do bairro**

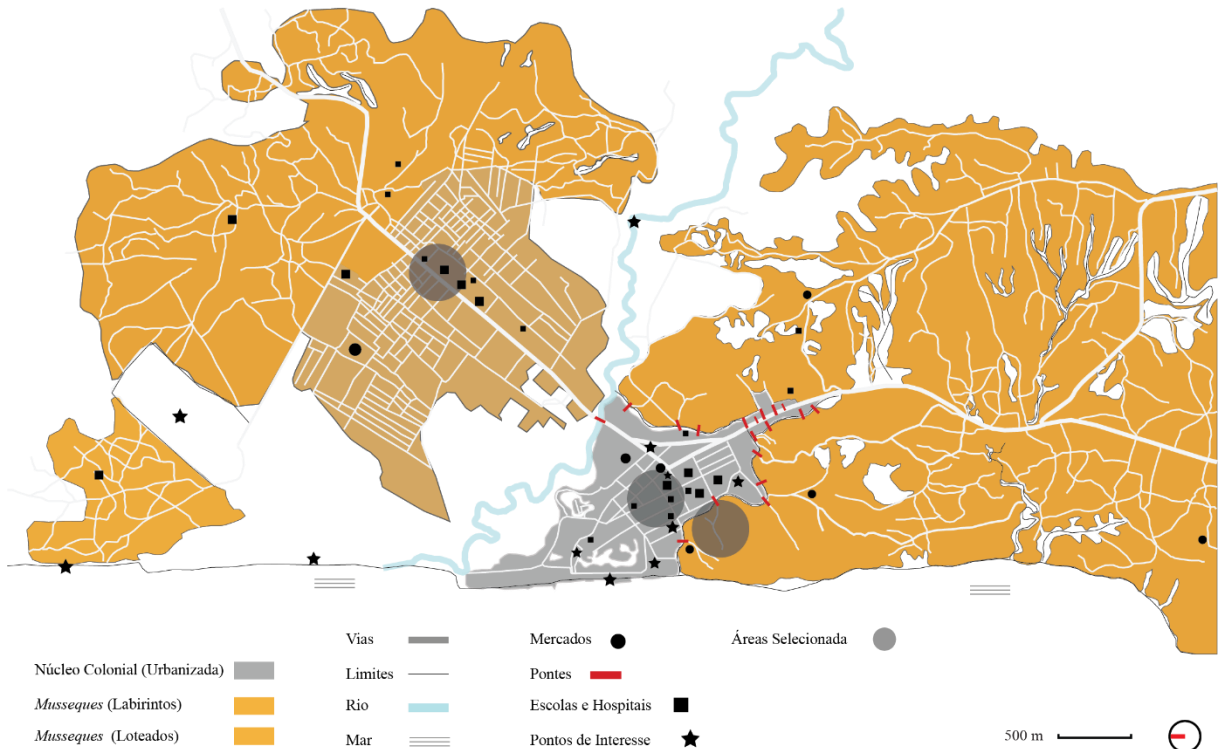


Figura 27 | Representação dos elementos que compõem o quadro da cidade: bairros, pontos de interesse, ruas.
 Fonte: (Autor)

Para compreendermos os usos e os traçados presentes nos aglomerados da comuna, examinamos três áreas distintas da cidade. As áreas escolhidas, que designamos como: parte I (núcleo urbano colonial), parte II (*Musseques* labirintos) e parte III (*Musseques* organizados ou loteados), representam as principais características tipo-morfológicas existente nos aglomerados que formam a cidade.

As partes escolhidas foram definidas com base a um critério de dedução, que nos permitiu a compreensão do traçado de um determinado aglomerado através da análise de uma amostra.

Deste modo as partes escolhidas abrangem uma área com um raio de 15 metros cada, e pertencem a aglomerados com características tipo-morfológicas diferentes: Parte I, representa os bairros existentes no núcleo colonial, uma área que foi objecto de um planeamento urbano em 1950. Parte II, representa os *Musseques* (labirintos) existentes nas cordilheiras da cidade, *Musseques* que existem desde a fundação da cidade e que densificaram-se ao longo dos anos. Parte III, representa os *Musseques* (organizados ou loteados), que preenchem as planícies da cidade, faz parte das novas construções que surgiram durante a última etapa de ocupação do território.



Figura 28 | Ortofotografia das áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor)

O núcleo colonial abriga a maior parte das infraestruturas (saúde e educação) e serviços, seguido dos *Musseques* loteados que possuem alguns serviços junto a AN100, notando-se clara ausência das mesmas infraestruturas nos aglomerados pertencentes aos labirintos, que dependem completamente dos serviços localizados no núcleo colonial, e alguns nos *Musseques* loteados.



Figura 29 | Novos edifícios construídos junto a AN100, 2018. Fonte: (Matheus Hobold Sovereign)

Ao nível dos pontos de interesses existe uma lacuna gritante em toda a cidade, carecendo de intervenção os espaços naturais (as diversas praias, as grutas de Sassa, a barragem de Sassa e toda frente ribeirinha). Dentro do espaço urbano a carência é maior, com exceção do núcleo colonial onde existe algumas praças, três pequenos jardins, um parque infantil e algumas quadras desportivas. A cidade do Sumbe possuía até ao ano 2000 como patrimónios classificados: ‘a Fortaleza do Sumbe, o Quartel Militar Português (Challet Araújo-Sumbe), a Zona Histórica do Sumbe, a Igreja Sagrada Família.’³⁸ Todos inseridos no núcleo colonial e carecendo de intervenção para a devida recuperação e conservação.

³⁸ http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura



Figura 30 | Representação dos quarteirões nas áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor)

A partir da análise da forma dos quarteirões, é possível ver as grandes diferenças a nível da ocupação do território. A parte I e a parte III apresentam uma malha facilmente identificável, já a parte II é composta por manchas orgânicas aparentemente desordenadas.

A parte I corresponde ao núcleo colonial com uma estrutura dos quarteirões idêntico as organizações do ordenamento tradicional, onde predomina o edifício em lote com respectivos logradouros. Os edifícios pertencem a estrutura do quarteirão que por sua vez encontram-se bem definidos. Os quarteirões são ocupados na sua maioria por edifícios com a mesma altura e a mesma composição morfológica, existindo uma grande variedade a nível dos usos.



Figura 31 | Bairros labirínticos nas cordilheiras da cidade e nas zonas planas. Fonte: (Autor)

Parte II corresponde aos *Musseques* labirínticos, formados com o mínimo de organização possível e sem qualquer tipo de planeamento. Onde as construções (maioritariamente habitações) são o elemento base da organização do espaço, em que a agregação das mesmas construções, origina os labirintos. Diferente do que sucedeu nas cidades modernas (planificadas), onde, “através do sistema de agregação desta unidade base, atingirá

as tipologias de bloco, da torre do complexo habitacional, ou ainda utilizado em alguns casos, a vivenda unifamiliar.” (Lamas, p; 302).

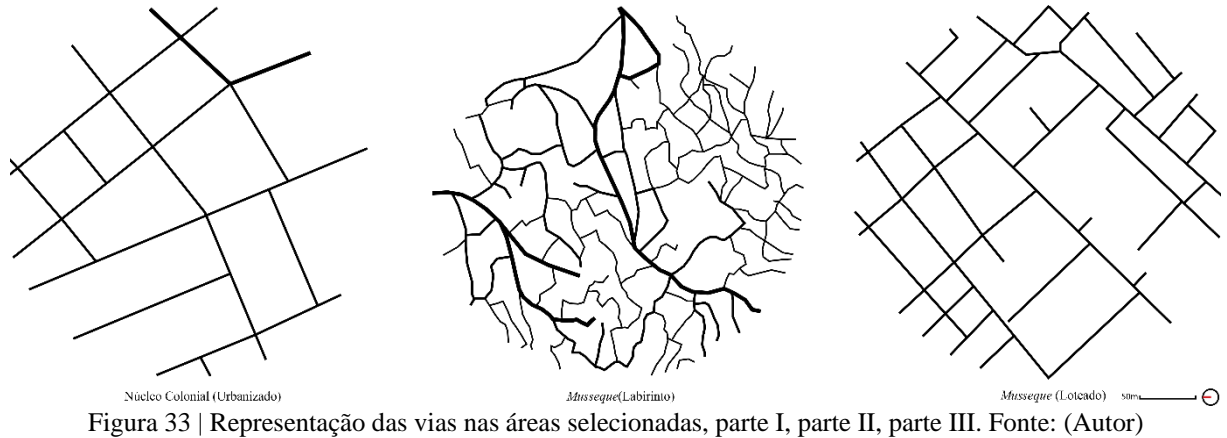


Figura 32 | Distribuição das construções em uma área labiríntica em via de densificação. 2019 Fonte: (Autor)

Nos labirintos a definição dos quarteirões não é exata, a leitura que apresentamos é uma possibilidade das várias leituras que podem ser tiradas de uma única área. Ao contrário do que sucede na parte I e na parte III. Por essa razão as manchas que apresentamos para simbolizar os quarteirões foram criadas com base a união dos limites das construções maioritariamente isoladas, essas manchas preenchem em muitos casos espaços vazios sem qualquer definição.

A parte III corresponde também a um modelo de *Musseque*, mas que, diferencia-se dos labirintos pelo facto de serem loteados, o que permite uma maior organização das construções nas áreas loteadas. Tal como na parte três a forma urbana depende das considerações habitacionais, em detrimento das composições do espaço urbano. Os loteamentos são facilmente identificáveis, e encontram-se preenchidos na totalidade das suas áreas sem espaços para logradouros. Predominam nos quarteirões habitações do tipo vivendas com os limites das mesmas bem definidos.

Nos *Musseques* labirínticos ou loteados, a configuração do espaço urbano não é objeto de investigação, mas resultado das exigências e necessidades habitacionais. Onde a disposição das habitações no terreno por falta de planeamento é resultado de critérios aleatórios ignorando-se as necessidades higiénicas, de insolação, de arejamento e de acessos.



Na parte I, nos aglomerados coloniais a rua pertence a relação físico-espacial da cidade. Já nos *Musseques* reduzem-se a meros troços de circulação.



Figura 34 | Rua habitacional (Rua dos cães) no núcleo colonial, 2015. Fonte: (<https://500px.com>- Gonzalo Valiente-García)

Parte I, no núcleo colonial as vias mais do que meros acessos, apresentam a cima de tudo, qualidades espaciais específicas que integram e combinam conjuntos de elementos que melhor compõem o espaço urbano. Encontram-se melhor estruturadas existindo clara distinção entre as principais, secundárias e terciárias. As vias apresentam direção e continuidades, sendo facilmente identificáveis pelas fachadas dos edifícios contínuos e os alinhamentos arbóreos. Podendo ser percorridas por um estranho sem muitas dificuldades.



Figura 35 | Passagem em um *Musseque* labiríntico, 2019. Fonte: Autor

Na parte II, nos labirintos, as vias resultam da ocupação desordenada, encontram-se estruturadas de forma rizomáticas, sem qualquer distinção das principais, secundárias e terciárias. “Toda imagem de uma cidade se torna difícil se as ruas de maior importância são dificilmente identificáveis, ou facilmente confundidas.” (Lynch, 2006, p. 63) De igual modo não apresentam direção e continuidade.

Acrescendo-se a esses problemas, há a configuração morfológica do local em que se encontram (situado maioritariamente nas cordilheiras das cidades) conjugados com a ausência de pavimentação e de sistemas de drenagem das águas, bem como a existência de vários becos como única forma de acesso aos alojamentos, tonam a mobilidade nos labirintos difíceis e perigosa. Impossibilitando o percurso por pessoas que desconhecem o território.

Na parte III, os *Musseques* loteados diferenciam-se dos labirintos por apresentarem uma certa continuidade e distinção entre as vias secundárias e as terciárias. Apresentam-se sem muitas interrupções nos seus sentidos, e afiguram-se mais ordenadas por influência dos loteamentos. Mas carecem de igual modo de qualidades espaciais, alinhamentos arbóreos, equipamentos urbanos, iluminação, sistemas de drenagem de águas e acima de tudo pavimentos. Sendo a ausência deste último a principal razão para a classificação dos mesmos como *Musseques*.



Figura 36 | Representação dos cheios e vazios nas áreas selecionadas, parte I, parte II, parte III. Fonte: (Autor)

Os cheios e vazios demonstram as diferenças a nível da concepção formal e da ocupação do território por parte da plástica dos edifícios.

Na parte I, no núcleo colonial, como já referimos os edifícios encontram-se inseridos nos lotes e apresentam configurações idênticas a nível das suas formas. A sua edificação obedeceu a critérios salubridade, sanidade, acessibilidade e segurança previamente definidos. Os espaços vazios foram pensados no domínio do desenho urbano, e abrigam conjuntos de atividades que completam e enriquecem a morfologia desta área.



Figura 37 | Construções nas cordilheiras implantadas de forma isolada, 2019. Fonte (Autor)

Na parte II no *Musseque* labirínticos os edifícios, encontram-se implantados de forma maioritariamente isolados, são formados por pequenos volumes para alojamento dispostos de forma aleatória sem qualquer consideração dos critérios de salubridade, segurança e acessibilidade.



Figura 38 | Edifício habitacional presente em uma rua loteada, 2019. Fonte: (Autor)

Na parte III, nos *Musseques* loteados, os edifícios encontram-se inseridos em quarteirões implantados com o mínimo de critério acima discriminados. Na maior parte dos casos os edifícios encontram-se inseridos em ‘quintais’³⁹.

Os espaços vazios nos *Musseques* representam apenas o resultado dos edifícios implantados, servindo apenas para os mesmos edifícios. Sem integração de funções significantes, portanto, sem enriquecimentos morfológicos. Nos núcleos colonial, as diferentes funções misturam-se e coexistem no mesmo edifício, no mesmo bairro, nos mesmos quarteirões.

Nos *Musseques* a maior parte dos edifícios são consumidos pelas habitações que no seu grosso originam os bairros que classificamos como ‘dormitórios’⁴⁰, que para se ter acesso é muitas vezes necessário atravessar corredores vulgarmente chamados de “becos”⁴¹ que em casos mais extremos possuem pouco menos de 100 cm de largura e incontáveis de profundidade, os becos na maior parte das situações são o único meio partilhado por dezenas de pessoas para chegar até aos seus aposentos, sendo necessário em muitos casos atravessar quintais ou espaços alheios.

³⁹ São normalmente porções de terreno em que existe um pátio principal e em volta, compartimentos anexos usados para aluguer.

⁴⁰ Normalmente são classificados como dormitórios, os bairros que pela ausência de serviços, os habitantes saem para realização das suas atividades e voltam apenas para dormir.

⁴¹ Os becos são classificados como corredores de acesso de pessoas e bens, com largura que impossibilita a passagem de uma viatura e a circulação cómoda dos utentes.

- **Escala da rua**

Os núcleos coloniais abrigam grandes variedades de tipologias, construídas desde a implantação da cidade. Dentre as várias tipologias predominam modelos construídos entre as décadas de 1940 a 1975. Os edifícios apresentam ordem e regras conferida pelo processo de planeamento.



Figura 39 | Vários edifícios existentes no casco urbano colonial. Fonte: II e III(Autor), V a IX (<https://500px.com- Gonzalo Valiente-García>)

As fachadas dos edifícios são formadas na maior parte das vezes por varandas, *Brise soleil* e palas para proteção da incidência solar, características da arquitetura colonial moderna adaptada aos trópicos. Os edifícios apresentam alturas que variam de um a três andares, sendo que os mais altos possuem oito andares.

Na relação entre o edificado e o espaço livre por eles definidos, os edifícios públicos encontram-se na sua maioria isolados.

“Desta forma, os edifícios oficiais são, na sua larga maioria, isolados (quer se trate de habitação, quer de peças de equipamento), tendo em vista a sua melhor adaptação em qualquer terreno. É uma forma generalista de abordar a arquitetura, sem sítio específico, mas para um espaço mais alargado, as colônias no geral e Angola em particular.” (Fonte, 2012, p.277)



Figura 40 | Edifícios degradados e ruas esburacadas e poeirentas. Fonte: I (Autor), II (Voz da América)

A maior parte dos edifícios que formam o núcleo colonial encontram-se obsoletos e em estado de ruína, configurando-se uma armadilha para os seus ocupantes. ‘Tendo em 2016 desabado o parapeito de um edifício e provocando a morte de duas pessoas’⁴².

As vias de circulação encontram-se completamente esburacas e sem sinalização, segundo Francisco Sobral o representante do partido político *CASA CE*, Sumbe “perdeu o estatuto de capital, e é hoje a cidade mais esburacada de Angola” (Belo, 2013).

Os passeios e as calçadas quase já não existem, a arborização encontra-se dispersa e desorganizada. Atualmente com os problemas de infraestrutura rodoviária, urbanas, água, energia e saneamento, o casco urbano colonial facilmente se parece a um *Musseque*.

No Sumbe, ou é poeira ou é lama, assim diz quem por lá passa. Segundo o município Laurindo Binga:

“A cidade continua a mesma [...], os passeios continuam os mesmos. Poeira e lama são o pão nosso de cada dia. A reconstrução Nacional não chegou ao Sumbe, e aos outros municípios. [...] Quem chegar hoje ao Sumbe vai deparar-se com este fenómeno”⁴³

⁴² (Angop, 2003)

⁴³ (Gomes, 2017)

Na parte II, os modelos de edifícios presentes nos *Musseques* labirínticos, existentes nas cordilheiras (montanhas) a volta da cidade, apresentam quase as mesmas características. Os edifícios são precários, na sua maioria, de rés do chão e utilizados para habitação.

Dos matérias utilizados predominam as paredes em adobe ou blocos de cimento e coberturas em chapas de zinco.



Figura 41 | Montagem, que ilustra a evolução construtiva dos edifícios nos *Musseques* labirínticos presentes no topo das cordilheiras a volta da cidade. Fonte: (Autor)

Verificou-se que quanto mais alto se localiza os edifícios nas cordilheiras, mais precários são os métodos construtivos e conseqüentemente os mesmos edifícios.

O método de construção realiza-se maioritariamente em duas fases, a primeira consiste na construção de pequenos modelos do tipo ‘quarto e sala’⁴⁴, em adobe, que na segunda fase evoluem segundo as condições financeiras dos proprietários, dando origem a edifícios em bloco de cimento e cobertura em chapa metálica.

Nas cordilheiras, os edifícios encontram-se na sua maior isolados e sem limites que definem os quintais. As condições sociais e financeiras de cada indivíduo determina o tipo de construção em que o mesmo habita.

⁴⁴ Modelos de construção muito utilizado em Angola caracterizado por pequenos edifícios retangulares em adobe, em que um abriga a casa principal com os quartos e a sala e os outros abrigam eventualmente cozinha e a casa de banho



Figura 42 | Edifícios presente *Musseques* labirínticos localizados fora das cordilheiras a volta da cidade. Fonte: (Autor)

Nos labirintos localizados fora das cordilheiras, encontramos edifícios com melhores métodos construtivos, construídos maioritariamente em blocos de cimento, o que garante melhores resistências contra as intempéries. Mas em contrapartida, localizam-se nas zonas mais densificadas, e pelo facto de localizarem-se em zonas mais ou menos planas, facilmente encontramos charcos de águas paradas até mesmo na época seca. Os modelos existentes nessas áreas apresentam características da *casa quintal*.



Figura 43 | Tipos de arborização existentes nos *Musseques* labirínticos cordilheiras a volta da cidade. Fonte: (Autor)

A arborização é dispersa, existindo na maior parte das residências árvores utilizadas para proporcionar sombra. Nas cordilheiras predominam arbustos da família *cactaceae* que servem para principalmente para manter a terra e evitar que as mesmas desmoronem.



Figura 44 | *Musseques* organizados ou loteados. Fonte: (Autor)

Nos *Musseques* loteados as construções são mais recentes desenvolvidas por cidadãos da classe social media. Apresentam um padrão de arruamentos alinhados e concentram-se principalmente nos limites da expansão urbana. Os terrenos em que estão assentes têm hoje valores elevados no mercado informal do solo, o que leva a que algumas famílias mais pobres acabem por vender as suas propriedades e se instalem nas cordilheiras.

A segurança na posse da propriedade é superior aos *Musseques* labiríntico, o que leva a que os residentes invistam no melhoramento das suas construções de origem formal. Os níveis de pobreza são menos elevados, as construções das casas são em bloco de cimento ou tijolo, as coberturas em telhas de argila, zinco ou fibrocimento.

Há também uma esperança dos residentes em que os serviços públicos e as infra-estruturas se possam estender até essas áreas, pois poderão ser criadas condições para melhoramentos e transformados em bairros regularizados.



Figura 45 | Montagem, que ilustra os acessos e o tratamento dos solos presente nos *Musseques* labirínticos.
Fonte: (Autor)

O acesso e o tratamento do solo são os parentes pobres dos *Musseques* (dai deriva o significado, bairros de terra), Na maior parte dos *Musseques* o solo não dispõe de qualquer tipo de tratamento, o que dificulta sob medida a mobilidade e a acessibilidade de tal forma que, quando chove torrencialmente os habitantes não conseguem sair de casa (faltam ao trabalho, a escola e a outros a fazeres).

Nos *Musseques* não existem infraestrutura rodoviárias, urbanas ou de saneamento. O tamanho das ruas não obedece a nenhum critério, as ruas são definidas ocasionalmente, podendo ser de três a seis metros de largura, ou simplesmente becos com menos de um metro de largura. As mesmas ruas não são sinalizadas ou nomeadas, servem apenas de vias de acesso para os alojamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1 Condicionantes

Levando em consideração as análises feitas na escala da cidade, do bairro e da rua percebemos que o principal problema que origina as contusões desordenadas é a falta de urbanização que materializa-se na ausência de infraestruturas, principalmente a escassez de saneamento básico (que potencializa a existência de surtos de doenças, na época seca doenças respiratórias, na época chuvosa doenças tropicais). Dito isso, enumeramos de forma resumida e concisa as maiores condicionantes que dão corpo a problemática em estudo.

Condicionantes	
Escala da Cidade	<ul style="list-style-type: none">Falta de infraestruturas (saneamento, viárias, transporte, Energia, Telecomunicação).
Escala do Bairro	<ul style="list-style-type: none">Falta de habitação condignas.
Escala da Rua	<ul style="list-style-type: none">Falta de pavimentação.Falta de arborização.Falta de mobiliários urbanos

Tabela 2 | Lista das maiores condicionantes que ditam a problemática das construções desordenadas. Fonte: (Autor)

Reanalizando a tabela acima desenvolvida, percebemos que, o centro dos problemas está diretamente relacionado com a *Evolução do Território*. Os *Musseques* que são a principal variável das construções desordenadas, surgem durante o processo de ocupação espontânea.

Se é durante o processo de formação do território que surgem os problemas que originam e alimentam as construções desordenadas, assumimos que, a falta de idealização da forma urbana e as ações que conduzem a sua concretização é o amago da problemática em estudo.

“O espaço já não pode ser construído sem planos e projetos e a sua implementação. Se em momentos históricos de lento crescimento, o bom-senso, o consenso e o tempo eram suficientes para controlar a forma urbana, com os ritmos actuais é cada vez maior a necessidades de planos e de vontade políticas administrativas de os cumprir” (Lamas, 1993, p. 114).

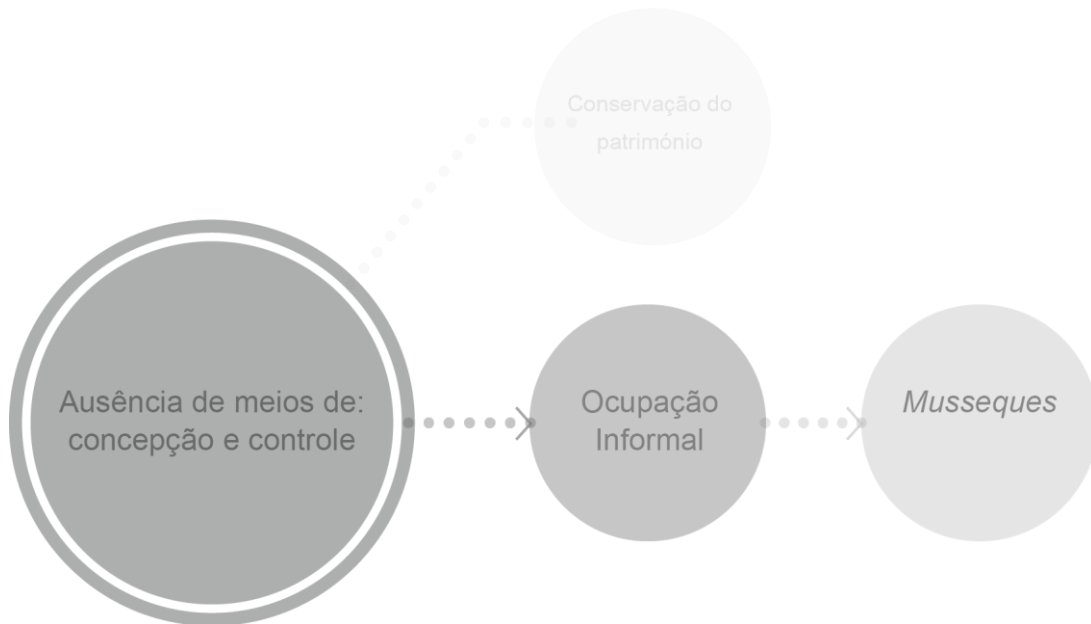


Figura 46 | Diagrama, representativo dos problemas centrais das construções desordenadas. Fonte: (Autor)

Segundo José M. Lamas, o controle do espaço não se pode ser exercido sem uma ideia previa (plano e projeto), e o plano de nada serve se não for implementado. Assim sendo é fundamental que se adote meios para se dominar o território e os seus mecanismos de transformação. Qualquer intervenção no espaço urbano tem que ser devidamente regularizada, quer se trate de construção, adaptação ou conservação do espaço.

Actualmente verifica-se que o desenvolvimento da cidade do Sumbe acontece sem qualquer estratégia:

- sem uma estrutura que define a ocupação do solo, definindo a rede viária estruturante, a localização de equipamentos de uso e interesse coletivo, a estrutura ecológica, bem como o sistema urbano de circulação de transporte público e privado e de estacionamento;
- sem um plano de zoneamento que define a localização das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais, turísticas, de serviços e industriais, bem como identificação das áreas a recuperar ou reconverter;
- Sem uma estrutura que define os valores culturais e naturais a proteger;
- Sem indicadores e parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada uma das categorias e subcategorias de espaço;

A falta e não aplicação desses instrumentos, configura-se a principal causa para o crescimento e expansão das construções desordenadas.

3.2 Estratégia de Intervenção

Já nos referimos a cidade como um organismo vivo, e que por essa razão encontra-se em constante modificação, sendo assim, assumimos que a evolução da cidade é um facto natural e inevitável. O segredo reside em estabelecer o máximo de controle dessas transformações.

Reconhecemos que o problema não é de fácil resolução, pois o controle das transformações na cidade não depende somente da boa vontade político-administrativa e dos técnicos envolvidos, existindo factores preponderantes de natureza económicas, sociais e culturais que interferem no controle da cidade. Mas, acreditamos que os arquitetos e urbanistas devem assumir as responsabilidades que desempenham para o controle das transformações do território, que implica a “existência de um plano (a ideia) e do planeamento (a acção de concretização e implementação do plano)” (Lamas, 1993, p. 116).

Como solução para o problema identificado, propomos em primeiro lugar a utilização de instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão urbana que a Constituição Angolana reconhece. Primeiramente recomendamos a elaboração do Plano-Director Municipal (PDM) que atue no âmbito territorial, determinando os objectivos socioeconómicos, e orientando a organização dos solos, levando em consideração os interesses coletivos. Em segundo lugar a elaboração de um Plano de Urbanização (PU) de acção essencialmente urbana, que regulamente o planeamento e ordenamento do território, incluindo o regulamento, a planta de zoneamento e a planta de condicionantes. E por último a criação de Planos de Pormenor (PP) com incidência nas várias partes da cidade a serem intervencionadas, e que desenvolva em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal.

Para resolução de problemas ligados com o *deficit urbano* existente nos *Musseques*, propomos a integração urbana e social dos *Musseques* na estrutura da cidade. ou seja, em vez de se concentrar as atenções na questão da habitação de forma isolada, a estratégia seria de organização estrutural urbana, no sentido de a população segregada dos *Musseques* passar a integrar a dinâmica funcional e vital da cidade formal.

O objectivo principal seria de, através da implementação de melhorias urbanas de infraestruturas, acessibilidades e equipamentos urbanos, transformar os *Musseques* em *bairros populares* atingindo a sua integração social. Para tal deve-se entender a realidade dos *Musseques* analisando-a por critérios técnicos, suas características espaciais e carências de

infraestruturas urbanas e sociais, abstraindo-se de juízos morais, culturais ou políticos que normalmente existem.

Desse modo definimos etapas a alcançar antes de serem decididas e postas em prática as acções de intervenção nos *Musseques*: delimitação do problema e da área de intervenção; definição do programa de acções, da metodologia e da forma de arranque do processo e a previsão de articulação com outros programas; evitar deslocar os ocupantes e residentes para outra localidade; respeitar as relações de vizinhança; procurar um envolvimento comunitário e a sensibilização da população com vista à sua participação em todo o processo de urbanização e melhoria das condições dos bairros.

Para atingir a integração e o melhoramento dos *Musseques*, propomos as seguintes acções:

- A participação dos Parceiros Locais na própria definição e concepção dos Planos de Intervenção;
- Introduzir valores urbanísticos e signos da cidade formal: praça, rua, mobiliário urbano e serviços públicos;
- As estruturas urbanas dos *Musseques* devem ser complementadas e reconstruídas, se necessário;
- O desenvolvimento de parcerias público-privadas, aos vários níveis, quer em matéria de modelo de financiamento, quer no que se refere aos modelos de gestão de projectos;
- Desenvolver acções de carácter social, como: creches, programas de geração de renda e capacitação profissional, actividades desportivas, culturais e de lazer;
- Promover a regularização fundiária e urbanística;

Em todas as intervenções deve-se dar prioridade à reabilitação das áreas e habitações, procurando evitar ao máximo o realojamento, ao qual se deve recorrer só mesmo em último caso. Entendemos e defendemos que é muito importante partir do existente, minimizando a necessidade de realojamento e valorizando o já construído e as relações socioculturais, respeitando a população e comunidade que ali habita, preservando os laços sociais, em que o acto de realojar só deve acontecer mesmo em situações de risco. É igualmente importante estabelecer uma relação próxima e de fácil comunicação com os moradores para que se consiga entender as suas vontades e necessidades.

CONCLUSÃO

Em Angola o conflito armado levou grande parte da população a se estabelecer nas cidades em busca de segurança e realização socioeconómica, gerando uma expansão vertiginosa da mancha urbana, o que resultou em um crescimento urbano não planeado. Hoje o êxodo rural motivado pelas assimetrias regionais, provoca o aumento vertiginoso de população nos centros urbanos. O aumento da população, conjugada com a ausência de meios de *concepção e controle* do espaço urbano, abre portas para a ocupação informal, que é a origem das construções desordenadas, que em Angola manifestam-se maioritariamente através do surgimento dos *Musseques*.

Os *Musseques* são o reflexo físico da segregação social no espaço urbano, é uma consequência da existência ou não existência de políticas administrativas mal executadas ou não executadas. Sendo assim não representam em si mesmo um problema, pelo contrário é o resultado de muitos problemas não resolvidos. Tal como os vendedores ambulantes e todos que praticam atividades informais generalizadas, representam o retrato fiel da sociedade angolana, que maquia o rosto ao olhar-se ao espelho para subverter a realidade. As razões por detrás da diabolização e violentas repressões das *construções desordenadas* e das práticas informais generalizadas, reside na obsessão distorcida das autoridades pela criação de uma utopia urbana ilusória. A verdade, é que os *Musseques* e as atividades informais são símbolos de falhas sistémica, lembretes constantes, daí a obsessão oficial de afastá-los de vista.

Com base aos capítulos desenvolvidos sobre os processos de formação da cidade, e a evolução urbana da cidade do Sumbe, vimos que as ocupações espontâneas e os *Musseques* existiam antes da formalização do município, para controlar o seu crescimento adotou-se por parte dos agentes de transformação colonias (o estado, administração local e os privados), estratégias de desenvolvimento urbano, elaborando-se vários programas e projetos que serviram para infraestruturização e urbanização das cidades hoje existentes.

A utilização de métodos da morfologia urbana para a compreensão das problemáticas das *construções desordenadas*, permitiu-nos, a abordagem de um conjunto de problemas atuais e concretos, relacionados com os processos de construção das cidades, analisando, a evolução da cidade desde o seu assentamento até às subsequentes transformações, identificando e examinando os seus vários componentes.

Na cidade do Sumbe os *Musseques* proliferam para lá dos limites da cidade, acarretando grandes desafios para a sociedade e o poder político-administrativo, que recorre em soluções desajustadas assente em políticas *top-down*, como a construções de centralidades e condomínios, que são insuficientes a demanda e desenquadrado com a realidade social.

Em vez de se concentrar as atenções na questão da habitação de forma isolada, o que defendemos com o atual trabalho é o controle da cidade, presumindo uma intervenção que parte do geral para o particular, abarcando a realização de projetos, planos, ideias, métodos de trabalho, organismos de organização de controle e implantação, e a presença do arquitetos nos mais diversos níveis em que se trabalha a morfologia da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, J. A. (1951). Plano Geral De Urbanização De Novo Redondo. *Plano Geral De Urbanização De Novo Redondo*.
- Amaral, I. d. (1968). *LUANDA - Estudo da geografia urbana*. Lisboa: Edição da Junta de Investigação do Ultramar.
- Angop. (23 de Fevereiro de 2003). *Rád°Tv Club KAMBA-Kwanza Sul*. Obtido de <https://boentradacadareencontros.weebly.com/>:
<https://boentradacadareencontros.weebly.com/noticias-de-destaque-2016/parapeito-de-edificio-desaba-e-provoca-dois-feridos-graves-na-cidade-do-sumbe>
- Batalha, F. (2006). *Angola - Arquitectura e História*. Lisboa: Vega.
- Belo. (13 de Abril de 2013). <http://www.angolabelazebelo.com/>. Obtido de www.angolabelazebelo.com: <http://www.angolabelazebelo.com/2013/04/cidade-do-sumbe-e-a-mais-esburacada-de-angola/>
- Cullen, G. (2006). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- Fonte, M. M. (2012). *Urbanismo E Arquitetura Em Angola*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Gomes, A. (11 de Outubro de 2017). *O país*. Obtido de <https://opais.co.ao/>:
<https://opais.co.ao/index.php/2018/02/16/carta-do-leitor-no-sumbe-e-a-mesma-coisa/>
- Lamas, J. M. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Lynch, K. (2012). *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Milheiro, V. (2013). Uma experiência “brutalista” nos Trópicos: o bairro Prenda (Luanda, década de 1960). *Uma experiência “brutalista” nos Trópicos: o bairro Prenda (Luanda, década de 1960)*, p. 215.
- Moreira, M. (6 de Julho de 2019). *observador*. Obtido de <https://observador.pt/>:
<https://observador.pt/2019/07/06/mercado-informal-em-angola-absorve-60-da-populacao-ativa/>
- Moudon, A. V. (Outubro de 1997). Morfologia urbana como um campo interdisciplinar. *Morfologia urbana como um campo interdisciplinar*, p. 9.
- Portuguesa, D. i. (10 de Novembro de 2019). *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. Obtido de <https://www.infopedia.pt/>: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/rebita>

Redinha, J. (1964). *A HABITAÇÃO TRADICIONAL ANGOLANA Aspectos da Sua Evolução*.

Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.

Rossi, A. (1996). *A Arquitetura da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

www.bbc.com. (25 de 11 de 2019). *www.bbc.com*. Obtido de *www.bbc.com*:

<https://www.bbc.com>

APÊNDICE

Banco de imagens

Fonte: Autor

Ano: 2019

Local: cidade do Sumbe



Apêndice I | Rua localizada no núcleo colonial



Apêndice II | Rua localizada no núcleo colonial



Apêndice III | Parque infantil da cidade. Núcleo colonial



Apêndice IV | Interior do parque infantil. Núcleo colonial



Apêndice V | Largo/ praça na Zona 1. Núcleo colonial



Apêndice VI | Igreja Sé Catedral Nossa Senhora da Conceição. Núcleo colonial



Apêndice VII | Obras de reconstrução dos passeio na Avenida marginal. Núcleo colonial



Apêndice VIII | Obras de reconstrução dos passeio na Avenida marginal. Núcleo colonial



Apêndice IX | Edifício de habitação. *Musseques* loteados.



Apêndice X | Rua encharcada e edifício de habitação. *Musseques* loteados.



Apêndice XI | Rua coberta de lama e edifício de habitação de esquina. *Musseques* loteados.



Apêndice XII | Rua encharcada. *Musseques* loteados.



Apêndice XIII | Rua coberta de lama. *Musseques* loteados.



Apêndice XIV | Rua coberta de lama. *Musseque* loteado.



Apêndice XV | Beco de acesso a várias habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XVI | Beco de acesso a várias habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XVII | Beco de acesso a várias habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XVIII | Caminhos de pé posto e habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XIX | Caminhos de pé posto e habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XX | Acessos para várias habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXI | Acessos para várias habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXII | Acessos para várias habitações. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXIII | Embasamento para nivelamento do terreno. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXIV | Embasamento para nivelamento do terreno. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXV | Vista de cima de uma cordilheira. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXVI | Vista de cima de uma cordilheira. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXVII | Crianças brincando em uma cordilheira. Praia da cidade.



Apêndice XXVIII | Esgoto a céu aberto entre duas cordilheiras. Praia da cidade.



Apêndice XXIX | Vista de cima de uma cordilheira. *Musseque* labiríntico.



Apêndice XXX | Cordilheira junto ao mar. Praia da cidade.



Apêndice XXXI | Panorama das Cordilheira junto ao mar. Praia da cidade.